

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

**ATA N.º 4/2024**

**Reunião Ordinária Pública, de 30 de setembro de 2024**

**Local:** Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

**Mesa:**

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

**Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:**

- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PSD);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PSD);
- António Manuel Almeida Brito (PSD);
- Artur Alexandre Augusto Teixeira Gomes (PSD);
- David Martins (PS);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Gonçalo Henriques Ribeiro Batista dos Santos (CHEGA);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Muriel Cristina Dias Neto (PSD);

- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PSD)
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PSD);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PSD);
- Virgílio António da Horta (PS).

**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PSD);
- Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe (PSD);

--- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e três minutos. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, o público presente e o que estava a assistir via Redes Sociais, os funcionários da biblioteca, os serviços de apoio ao bom funcionamento da Assembleia Municipal, os técnicos de informática e os de som e imagem. -----

--- Informou que sendo as reuniões dos órgãos autárquicos transmitidas *online*, de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) o público presente e os colaboradores do Município a prestar apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal tinham de dar autorização expressa para que a transmissão fosse efetuada. -----

--- Disse que tinham recebido três (3) pedidos de substituição dos deputados municipais: Ana Cristina dos Santos Palmeira, Jorge Humberto Martins Corvo e Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe. -

--- Solicitou à **Deputada Municipal Maria Margarida Flores** que procedesse à chamada. -----



**Presenças:** Ana Margarida Franco Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, António Manuel Almeida Brito, Artur Alexandre Augusto Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henriques Ribeiro Batista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás e Virgílio António da Horta. -----

--- Acrescentou que a Deputada Municipal Ana Cristina dos Santos Palmeira tinha sido substituída por Virgílio António Horta, a Deputada Municipal Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe por Elsa Maria da Cruz Ribeiro e o Deputado Municipal Jorge Humberto Martins Corvo por António Manuel Almeida Brito. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Segunda-Secretária, Muriel Cristina Dias Neto, para informar sobre a correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

--- **A Segunda-Secretária Muriel Cristina Dias Neto** cumprimentou todos e informou os membros da Assembleia Municipal, que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- *«O Clube de Basquetebol de Tavira remeteu convite para as cerimónias de abertura do IX Torneio de Basquetebol "Cidade de Tavira", que se realizou no dia 28 de junho;*-----

--- *A Fundação Irene Rolo remeteu convite para a Inauguração da Residência de Autonomização e Inclusão, que se realizou no dia 1 de julho;*-----

--- *A Universidade Católica Portuguesa remeteu convite para o Seminário Inovação & Desenvolvimento Local com a Câmara Municipal de Matosinhos, que se realizou no dia 27 de junho;*-----

--- *A Assembleia da República remeteu a Nota Informativa sobre os Processos de desagregação;* --

--- *A Universidade Católica Portuguesa remeteu convite para o VII Seminário Anual CESOP-Local, que se realizou no dia 4 de julho;*-----

--- *A PLMJ Advogados, SP, RL remeteu a comunicação sobre a Concessão de Uso Privativo do Domínio Público do Município de Tavira para Instalação de Mobiliário Urbano e sua Exploração Publicitária;*-----

- O Clube Recreio e Desporto Santaluziense remeteu o convite para o XII Torneio Futevólei e Etapa Campeonato Nacional 2024, que se realizou nos dias 12 a 14 e 20 a 21 de julho;-----
- A Fundação Mário Soares remeteu o Catálogo de Projetos e Iniciativas para as Autarquias;-----
- O Tavira Natação Clube remeteu o convite para a V Prova de Natação do Rio Gilão, que se realizou no dia 28 de julho;-----
- A União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira remeteu o convite para a 28ª Edição da Facarte 2024, que se realizou no dia 2 de agosto;-----
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu o relatório do primeiro semestre da comissão nacional de acompanhamento do PRR; -----
- A Freguesia de Santa Luzia remeteu o convite para as tradicionais Festas em honra dos Pescadores 2024, que se realizou nos dias 09 a 12 de agosto; -----
- A Associação de Artes e Sabores de Tavira remeteu convite para a 20ª Feira dos Ofícios com a temática “Gente Feliz com Olhos nas Mãos”, que se realizou no dia 07 de agosto;-----
- A Santa Casa da Misericórdia remeteu convite para a Exposição: Pão, Azeite, Vinho: Rituais de Fé, que se realizou no dia 14 de agosto;-----
- O Município de Lagoa remeteu convite para a Inauguração da 43ª Edição da FATACIL – Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa, que se realizou no dia 16 de agosto;-----
- A União de Freguesias de Conceição e Cabanas remeteu convite para a Festa dos Pescadores em Honra de Nossa Senhora do Mar, que se realizou nos dias 15 a 18 de agosto;-----
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu convite para a Conferência" ESG - Ambiente e Sustentabilidade: desafios atuais e futuros para a Agricultura no Algarve", que se realizou no dia 24 agosto; -----
- A Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo remeteu convite para a Feira Franca de Santa Catarina da Fonte do Bispo, que se realizou nos dias 22 a 24 de agosto;-----
- A Delegação Económica e Comercial de Macau remeteu convite para Exposição 25º. Aniversário RAEM;-----
- A União de Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão remeteu convite para a Feira Anual 2024 – Santo Estêvão, que se realizou nos dias 13 a 15 de setembro;-----
- A Civicus, Associação de Dinamização Cultural remeteu convite para a Conferência Civicus sobre os Caminhos de Transparência e Integridade, que se realizou no dia 17 de setembro; -----
- O Clube de Vela de Tavira remeteu convite para prova Corrida Entre Pontes 2024 Cidade de Tavira, que se realizou no dia 22 de setembro;-----

- A Sociedade Columbófila Luzense remeteu convite para a Cerimónia Entrega de Prémios, que se realizou no dia 28 de setembro;-----
- A Paróquia S. Tiago de Castro Marim remeteu convite para o Dia Mundial do Migrante e Refugiado, que se realizou no dia 27 de setembro;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para a celebração Eucarística do Dia do idoso, que se realizará no dia 01 de outubro;-----
- O Observatório Autárquico CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa remeteu convite para o Seminário Inovação & Desenvolvimento Local com a Câmara Municipal de Lisboa, que se realizou no dia 26 de setembro;-----
- A Deputada Municipal Ana Cristina Palmeira solicitou a sua substituição na sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2024;-----
- A Deputada Municipal Maria Dulce Reis Filipe solicitou a sua substituição na sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2024;-----
- O Deputado Municipal Jorge Corvo solicitou a sua substituição na sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2024;-----
- O Partido Socialista remeteu um voto congratulação "Tavirenses que triunfam em provas nacionais de petanca";-----
- O Clube de Basquetebol de Tavira remeteu convite para a celebração do 32.º Aniversário, que se realizou no dia 28 de setembro de 2024;-----
- A Liga dos Combatentes remeteu convite para o almoço do seu 101.º Aniversário do Núcleo de Tavira, que se realizará no dia 13 de outubro de 2024.»-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o modo como a Assembleia Municipal iria decorrer. Teriam a aprovação das atas das sessões de 21 de fevereiro, 30 de abril e 21 de junho que pensava que todos tivessem recebido. A pedido da Deputada Municipal Muriel Dias tinham procedido a uma correção.-----
- No período antes da Ordem do Dia iriam ter a apresentação de um Voto de Congratulação, a intervenção das senhoras e senhores deputados municipais sobre assuntos que não fizessem parte da Ordem do Dia, seguindo-se a Ordem do Dia, e posteriormente a intervenção do público. -
- Alertou o público que pretendesse intervir que poderia fazê-lo sendo que para tal teria que se inscrever até ao final do período Antes da Ordem do Dia. Relembrou que não poderiam ser abordados assuntos que integrassem a Ordem do Dia e que as intervenções não poderiam ter uma duração superior a três (3) minutos.-----

--- Passou ao Voto de Congratulação: *“Tavirenses Triunfam em Provas Nacionais de Petanca”* apresentado pela bancada do Partido Socialista (PS) pedindo ao Líder de Bancada que apresentasse ou indicasse quem apresentaria aquele Voto. -----

--- O **Deputado Municipal José Graça** cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, os membros do Executivo Municipal, os membros da Assembleia Municipal e o público que se encontrava ali em número bastante significativo, bem como os que acompanhavam através das Redes Sociais por via da transmissão efetuada no *Facebook* do Município. -----

--- Disse que o Grupo Municipal do PS apresentava aquele Voto de Congratulação com duas premissas. Dispensando-se de o ler na íntegra, tudo o que tinham juntado naquela informação estava relacionado com um desporto popular que há muitos anos era acarinhado pelo Município, mas também por muitos clubes tavirenses. Tratava-se de um desporto que não tendo parangonas de grandes meios de comunicação, reunia centenas de praticante na região e alguns milhares pelo país, sendo também um desporto que unia migrantes e que através da prática da petanca acabavam por confraternizar com os residentes do concelho e região do Algarve. -----

--- Ultrapassando toda a descrição do que era aquela modalidade e a sua implantação a nível nacional, tinha sido num contexto de grande participação popular que tinham decorrido aquelas provas organizadas por um clube tavirense o ARRAIAL Onda Sólida – Associação de Moradores mas também com o apoio direto do Município, da União de Freguesias de Santa Maria e Santiago e no qual tinham participado, entre outras agremiações, a Escola de Petanca do Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Tavira (CCD-CMT).-----

--- Assim, naquele contexto gostavam de felicitar os participantes Leonardo Nora e Lucas Pires de dezasseis e quinze anos, respetivamente, que se tinham sagrado campeões nacionais de juniores enquanto Bernardo Nascimento de dez anos, e Salvador Conceição de oito anos, tinham sido terceiros classificados na Taça de Portugal de Infantis. -----

--- No Campeonato Nacional de Tiro de Precisão, Leonardo Nora também se tinha sagrado campeão nacional.-----

--- Propunham assim que a Assembleia Municipal de Tavira aprovasse aquele Voto de Congratulação pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos pelo CCD-CMT, pelo empenho e determinação na formação de uma nova geração de participantes da modalidade de petanca de classe internacional como tinha ficado demonstrado ao longos das épocas e provas desportivas mais recentes, e também pelo nível de excelência organizativa das provas realizadas no Parque de Feiras e Exposições de Tavira, da responsabilidade do ARRAIAL Onda Sólida – Associação de Moradores com o apoio das estruturas federativas e associativas e da União de Freguesias de Santa Maria e Santiago. -----



--- Também gostavam de felicitar os desportistas tavirenses e as equipas técnicas envolvidas na representação da Escola de Petanca do CCD-CMT pelas respetivas prestações naquelas duas provas e, ainda, que fosse remetida cópia da deliberação que recaísse sobre aquela proposta para um conjunto de entidades que pensavam dever tomar conhecimento do nível de excelência da prova e dos resultados alcançados pelos participantes de Tavira. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** começou por cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, o Executivo Municipal, todos os presidentes de junta de freguesia, os deputados municipais, todo o público que assistia à Sessão quer presencialmente quer em casa, e todos os trabalhadores do Município que prestavam apoio à realização daquela Sessão. -----

--- Referiu que era bom verem aquele Voto de Congratulação pois era sempre de louvar tudo o que acontecia no desporto tavirense, nomeadamente na petanca em Tavira. -----

--- Disse que iriam votar favoravelmente, mas pretendiam apenas alertar que apenas tinham rececionado aquele Voto de Congratulação dez minutos antes do início daquela Sessão da Assembleia Municipal, nem tinha estado disponível na plataforma do Município, pelo que tinham apenas tomado conhecimento da sua apresentação aquando da leitura da correspondência recebida. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem mais intervenções, colocou o Voto de Congratulação à votação, que foi aprovado por unanimidade. O documento encontra-se em anexo à presente ata como documento número um.** -----

--- Passou à votação das atas das assembleias municipais anteriores. -----

--- **A ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 21 de fevereiro de 2024, foi aprovada por unanimidade dos presentes na Sessão a que respeitou. Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás.** -----

--- **A ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovada por unanimidade dos presentes na Sessão a que se referiu. Ana Margarida Franco de Mendonça**



Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás.-----

--- A ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 21 de junho de 2024, foi aprovada por unanimidade dos presentes na Sessão a que dizia respeito. Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, António Manuel Almeida Brito, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás e Virgílio António Horta. -----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que sendo a Presidente da Câmara Municipal, também Presidente da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M., na Reunião da Subcomissão Regional da Zona Sul referente à gestão das albufeiras, realizada no dia 20 anterior, tinha tido como um dos objetivos a poupança de água e a redução em termos de consumo, bem como a redução de dez por cento (10%) por parte dos municípios. -----

--- O Município de Tavira tinha sido um dos sete (7) municípios algarvios que não tinha atingido aquele objetivo tendo-se ficado pelos sete, vírgula cinquenta e seis por cento (7,56 %) face ao acumulado do ano anterior. Assim, o que pretendia saber era qual o motivo pelo qual a TaviraVerde não tinha conseguido alcançar o objetivo dos dez por cento (10%) até porque tinham sido tomadas medidas no sentido da redução da água, nomeadamente com a redução da pressão da água que saía das torneiras a partir das zero horas até às seis ou sete da manhã. Por conseguinte gostava de saber qual tinha sido o problema que tinha levado a não atingirem aquele objetivo. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, as secretárias da Mesa da Assembleia Municipal, os deputados municipais, presidentes de junta de



freguesia, vereadores, distinto público, os serviços que os apoiavam na realização da Assembleia Municipal e o público que estava a assistir em casa.-----

--- Dirigindo-se à Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que como era do seu conhecimento a pressão da água tinha sido reduzida, o que não tinham mantido pois tinha sido uma medida que tinham tentado para perceberem qual seria a poupança que conseguiriam. Posteriormente a TaviraVerde tinha tomado todas as medidas de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros, à exceção dos cortes em todos os segundos contadores, vulgo, contadores de rega, cuja decisão tinham tomado em Conselho de Administração, tendo comunicado aos consumidores naquela situação que não poderiam consumir. -----

--- Por outro lado, como a Deputada Municipal saberia, a TaviraVerde era muito mais eficiente que outros municípios pois tinha um conjunto de perdas nas condutas, muito baixo, presentemente inferior a doze por cento (12%) sendo que o valor baixaria após as intervenções que estavam a ser realizadas em ambas as margens, a que estaria terminada no final do corrente ano na margem esquerda e a da Atalaia que já se tinha iniciado e que compreenderia toda a margem direita. -----

--- Pensava que no mês anterior tinham cumprido, todavia no corrente mês não tinham cumprido pois efetivamente os consumidores estavam a consumir mais, todavia com os investimentos que estavam a ser realizados não teriam uma poupança de dez (10) ou quinze por cento (15%) mas, no máximo, de quatro por cento (4%). -----

--- Noutros municípios eram realizadas pequenas intervenções que conduziam a reduções de quinze (15), vinte por cento (20%), como tinha acontecido em Tavira no início da TaviraVerde em que as perdas na rede rondavam cinquenta por cento (50%). Nos primeiros anos tinham conseguido alcançar provavelmente trinta por cento (30%), sendo que tinham vindo a reduzir até aos valores atuais. -----

--- Concluiu dizendo que pensava serem aqueles os motivos, porém o Conselho de Administração tinha entendido não efetuar o corte nos segundos contadores porque o que iria acontecer era que as pessoas iriam regar os jardins e encher as piscinas com água da rede pois, em bom rigor, todos viam que os privados continuavam a regar os jardins apesar da Resolução do Conselho de Ministros. Iam advertindo as pessoas porque obviamente pretendiam cumprir, mas ainda não tinha analisado em pormenor e não se tinha realizado nenhuma reunião do Conselho de Administração após aquela data. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou o Executivo Municipal, os demais presentes e todos os que os seguiam via Redes Sociais. -----



--- Disse que se existiam obras impopulares que não davam votos, em que eram gastos milhões de euros e que ficavam enterradas, eram as obras de remodelação da rede de águas e esgotos, ou seja, saneamento básico. Todos tinham vindo a sofrer o pó que levantavam, as ruas intransitáveis, abertas valas e os acessos restritos. Os incómodos para a população eram demasiado evidentes, no entanto, aquelas eram umas obras estruturantes e imprescindíveis para a qualidade de vida das populações. Assim, pretendia dar uma palavra de respeito aos municípios, mas também às empresas municipais que ao longo do país assumiam a necessidade e os riscos políticos que aquelas obras comportavam. -----

--- Considerava Tavira um paradigma. Sabiam que toda a sua rede era uma infraestrutura antiga e, por isso, tinham avançado com a remodelação da rede de abastecimento de água a Tavira, cuja intervenção era visível ao longo de toda a cidade e representava um investimento de cerca de doze milhões de euros (€ 12.000.000,00). -----

--- A renovação da rede de águas em Tavira era crucial por várias razões, sendo que iria elencar três (3): A questão da qualidade da água porque a modernização das infraestruturas garantia que a água fornecida fosse de mais alta qualidade; A redução das perdas de água era essencial para a sustentabilidade ambiental sendo um modo do Algarve enfrentar a escassez de água pois ao recordarem que no ano de 2005 as perdas de água representavam no concelho de Tavira, cinquenta e quatro por cento (54%), presentemente eram na ordem dos onze, vírgula oito por cento (11,8%) e iriam passar a nove e meio por cento (9,5%) quando as obras estivessem concluídas; Outra das razões era também a saúde pública pois a melhoria da redes de águas residuais e saneamento básico ajudaria a prevenir doenças e a proteger a saúde pública. -----

--- Acrescentou que as alterações climáticas tinham aportado uma nova realidade ao Algarve, a escassez de água, o que tornava determinante a adoção de medidas locais para mitigar aquele grave problema. Naquele sentido, pretendiam destacar a prevista remodelação das redes de águas residuais da cidade de Tavira e Santa Luzia que serviriam para impedir a intrusão salina nas redes de esgotos para que pudessem ser posteriormente tratados pelas Águas do Algarve, S.A. e aquela água aproveitada para a rega de campos de golfe, jardins, mas também para a agricultura o que era de extrema importância. -----

--- Considerava que importava reconhecer o mérito do Executivo Municipal e da empresa municipal TaviraVerde por terem assumido aqueles desafios que revelavam liderança e visão, entendimento das necessidades e desafios específicos da comunidade que serviam, bem como a capacidade de tomar decisões que eram difíceis, muitas vezes sob pressão, não cedendo ao populismo, porque não podiam esquecer que faltava um (1) ano para as eleições autárquicas. Todavia não tinha havido cedência ao populismo, estando ao serviço do bem comum,



promovendo o desenvolvimento e o bem-estar da sua comunidade. Atualmente Tavira estava no "TOP10" dos concelhos a nível nacional, com menores perdas de água e liderava o *ranking* do Algarve, o que representava bem o esforço que tinha vindo a ser efetuado pela empresa municipal TaviraVerde e pelo Município, naquela matéria.-----

--- Terminou dizendo que a bancada do PS reconhecia o mérito daquele investimento e congratulavam-se pelo sucesso do mesmo uma vez que garantia um futuro com maior qualidade de vida para o Município de Tavira.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Sousa**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores, os colegas, o público, os serviços de apoio que estavam a trabalhar e os cidadãos que os estavam a ouvir em casa.-----

--- Disse que pretendia felicitar o Município pelo excelente trabalho que tinha realizado na Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, numa altura em que tanto se falava de incêndios, pensava que o Município de Tavira se devia de sentir feliz pelo trabalho que tinha realizado na serra, principalmente na sua freguesia que era a que melhor conhecia, quanto à limpeza dos matos e as faixas de combustível com cerca de cem (100) metros à volta dos montes.-----

--- Pensava que se todos adotassem aquelas medidas de prevenção antes dos incêndios acontecerem, certamente o seu combate seria mais eficaz e talvez não existissem tantos incêndios, tantas habitações ardidadas, pelo que pretendia felicitar o Município por isso.-----

--- Aproveitava a ocasião para também abordar a intervenção da Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo que era ansiada pelos alunos da sua freguesia, que ao verem as outras escolas com condições diferentes, apenas pelo facto de ouvirem falar que a escola iria ser intervencionada tinham ficado todos felizes, o que não acontecia apenas com eles, mas também com os professores que ali lecionavam e com os funcionários da escola. Também ele, como Presidente da Junta de Freguesia, ansiava que acontecesse porque era o único modo de desenvolver uma terra porque existindo uma escola sem condições, normalmente eram procuradas outras escolas, sendo que pensava que existiriam mais alunos na Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo uma vez concluída a intervenção que esperava se iniciasse o mais rapidamente possível.-----

--- **O Deputado Municipal José Mateus**, Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, cumprimentou todos os presentes e os que estavam a assistir em casa.-----

--- Referiu que a sua intervenção ia no sentido de parabenizar a Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo Municipal pelas bolsas de estudo que tinham sido entregues no dia 21 de setembro, havia dez (10) dias atrás, ali naquela mesma Biblioteca Municipal em que tinham sido



contemplados cento e setenta e seis (176) estudantes. Cento e setenta e seis (176) era um número que considerava muito invulgar para muitas câmaras municipais, provavelmente, a maioria das câmaras municipais do país, entre os quais setenta e três (73) alunos tinham sido distinguidos com a bolsa de mérito, num total de trezentos mil, oitenta e nove euros e quarenta cêntimos (€ 300.089,40). Considerava que aquela questão era de louvar, pelo que reiterava os parabéns à Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Acrescentou que certamente que os pais, as famílias dos estudantes universitários do concelho de Tavira, estavam muito agradecidos pelo que esperava que a Presidente da Câmara Municipal continuasse daquele modo pois estava no caminho certo, uma vez que para além das bolsas existiam muitos outros apoios que a Câmara Municipal dava, desde o primeiro ciclo, ao segundo, ao ensino secundário, como era o caso da continuação de oferta de educação física para todos os alunos do primeiro ciclo, apoio nas atividades de animação e apoio à família, a continuação do fornecimento de módulos de salas de aula de apoio e balneários, os *Kits* tecnológicos, o software de gestão escolar através do Inovar, novecentos e setenta e quatro (974) *Kits* escolares ao primeiro ciclo, mil quinhentos e dezasseis (1516) cadernos de exercícios e fichas de trabalho, manuais de primeiro e segundo ciclo, material de apoio para sala de aula e quatro (4) novas viaturas de transporte completamente gratuito para todos os alunos.-----

--- Considerava que tal apenas acontecia com um Executivo Municipal que efetivamente olhava pelas pessoas, pela sua população, pelos que necessitavam e também pelos que necessitavam menos, para que todos fossem iguais e que os alunos se sentissem em igualdade. Reiterava os parabéns que certamente eram de todos os familiares e famílias dos premiados. -----

--- Terminou dizendo que, noutro contexto, uma vez que o Deputado Municipal Carlos Sousa, seu colega de Santa Catarina da Fonte do Bispo, se tinha referido às faixas de combustão, à limpeza das faixas, mencionava que aquele trabalho também se tinha verificado ao longo dos últimos anos na União de Freguesias de Tavira onde tinha vindo a ser realizado um grande trabalho. No corrente ano tinha sido efetuada mais uma grande faixa entre a Portela da Corcha e os Cintados o que era realmente um trabalho muitíssimo importante, pelo que agradecia à Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que apenas pretendia responder à Deputada Municipal Jovita Ladeira que também se congratulavam com as obras que estavam a ser realizadas para a redução de perdas que a TaviraVerde estava a executar e que em boa hora estavam a decorrer. -----

--- Quanto ao populismo considerava que se tinha acabado de assistir ao populismo através das palavras dos presidentes de junta de freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Tavira com a



necessidade de elencar a obra realizada, que estava à vista, não sendo por isso necessário que estivessem sempre a enumerá-la.-----

--- Ainda relacionado com a questão da redução de perdas de água da TaviraVerde, pretendia questionar a Presidente da Câmara Municipal por que razão tinham voltado atrás na decisão. Durante algum tempo tinham procedido à redução da pressão e pelo que compreendia aquela medida não estava ativa presentemente, pelo que gostava de saber quais as medidas que o Município estava a adotar para reduzir os consumos.-----

--- Possivelmente talvez tivesse havido mais consumo derivado às dormidas que tinham tido no concelho, que assim sendo, questionava porque não era realizada uma campanha junto das entidades hoteleiras para a redução dos consumos, sendo que, por exemplo, existiam programas a nível do Turismo do Algarve "Save Water" mas não só, pelo que considerava que deviam de insistir junto das entidades hoteleiras, ou adotar medidas como por exemplo existiam em Cabanas de Tavira, num hotel que presentemente já possuía medidas no sentido de reduzir os consumos de água.-----

--- Reiterou por que razão não era efetuada uma campanha do género junto das entidades hoteleiras e mesmo junto à população.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se à Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que com os seus comentários fazia parecer que ninguém fazia o que quer que fosse. Dizia que era populismo referir o que era realizado, mas dizer o que não era feito, não era populismo, era apontar o dedo, era colocar o dedo na ferida. Considerava que aquela era a diferença e que por vezes tinham dois pesos e duas medidas. Pensava que tinham de ser mais coerentes ao colocarem as questões.-----

--- Era óbvio que existia o Programa do Turismo, que tinha sido executado e a redução dos consumos tinha sido apelada a todas as unidades hoteleiras, já existindo algumas que possuíam meios. A TaviraVerde tinha realizado algumas ações de informação, de sensibilização e, inclusivamente tinham combinado com o Turismo do Algarve realizar, em setembro, uma ação com a Câmara Municipal e várias entidades de modo que mais aderissem ao Selo, sendo que para além disso tinham ainda todas as medidas já referidas.-----

--- Tinham colocado reduções de torneiras, torneiras com redução de caudal em todas as instalações municipais, não regavam os jardins e os que regavam era para que as plantas não morressem e, como todos sabiam, estavam a usar a água da Fontinha para regar o Jardim do Coreto, da Alagoa e do Castelo o que consistia num reaproveitamento da água. Obviamente que a TaviraVerde notificava as pessoas para que alcançassem uma redução de dez por cento (10%) e,



inclusivamente aos proprietários de segundos contadores tinha-lhes sido imposta uma redução de setenta por cento (70%) sob pena de corte, o que tinha acontecido em alguns casos.-----

--- O facto de não terem conseguido cumprir os dez por cento (10%) resultava do que tinha dito, porque não conseguiam executar uma pequena intervenção na rede dado que desde há muito que a TaviraVerde já tinha o seccionamento das condutas o que permitia ter contadores inteligentes e perceber as perdas, razão pelo que tinham de intervir rapidamente. Se consultassem a página da Câmara Municipal estavam identificados constantes cortes de trânsito que não resultavam apenas da intervenção que tinham falado, mas também de outras pequenas intervenções que, obviamente, a TaviraVerde ia realizando.-----

--- Continuou dizendo que eram várias as situações e que tinham vindo a apelar, a fazer campanhas que apesar de tudo não eram suficientes e, apesar do elevado número de dormidas, tinham conseguido reduzir perto de oito por cento (8%) o que, provavelmente não seria assim tão mau atendendo a que realmente tinham estado muitas pessoas no concelho, mais propriamente no mês de agosto anterior. Contudo não podiam dizer o mesmo relativamente ao mês de julho, mês em que tinham cumprido, o que possivelmente tinha resultado do facto de estarem menos pessoas no Algarve e particularmente em Tavira.-----

--- No mês de agosto tinha estado calor e todos regavam os seus jardins, não se importando. Considerava que as pessoas tinham de ter aquela consciência. A questão da pressão na rede, o corte da pressão tinha alguns problemas porque quando a pressão era cortada e depois reposta podia causar rebentamentos e outras situações, portanto eram testes que tinham de ir fazendo, tendo já testado para perceber o que poderiam poupar. Tinha sido efetuada uma avaliação e existiam zonas da cidade em que poderiam reduzir a pressão e outras em que não, pelo que não podia afirmar que tal não estivesse a acontecer em algumas zonas, mas tinham existido outras em que não tinha corrido bem, sendo que, para aferir aquela questão o teste que tinham realizado tinha servido.-----

--- Concluiu dizendo que a ideia era que a água continuasse a chegar aos chuveiros de manhã para que as pessoas pudessem tomar banho, e pensava que tal tinha acontecido, pelo que não podia permitir que fosse dito que ninguém fazia nada ou que não estavam a sensibilizar as pessoas.-----

--- **A Deputada Municipal Gisela Viegas** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, os funcionários do Município, o público presente e o que estava a assistir em casa.-----



--- Disse que em seu nome e em nome de todos os artesãos que tinham estado nos programas “A Nossa Tarde” e a “Praça da Alegria” na RTP 1, queria agradecer o convite efetuado pelo Município de Tavira e Associação In Loco, onde tinham conseguido promover e divulgar a Feira da Dieta Mediterrânica.-----

--- Referiu que tinha sido uma ação muito importante porque muitas pessoas se lhes tinham dirigido dizendo que tinham visto os programas e que tinham tido a iniciativa de visitar a Feira, pela promoção realizada, sendo ela própria disso testemunha.-----

--- Terminou dizendo que considerava que tinha sido uma ação muito importante e que a décima (10.ª) edição da Feira da Dieta Mediterrânica tinha sido fantástica, muito bem realizada e conseguida. Tinha sido efetuado um excelente trabalho e os artesãos ali estavam para continuar a divulgar e a promover o melhor que era feito no concelho.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Freguesia de Cachopo, cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo, os seus colegas deputados municipais e as pessoas que estavam a assistir que considerava serem o mais importante.-----

--- Queria agradecer a toda a equipa da Proteção Civil que tinha estado a defender a serra, o interior do concelho, durante todo o período da época de incêndios, que estava no final, e considerava que tinham tido um excelente desempenho no conjunto geral das operações, tanto o Município de Tavira, como a Proteção Civil, na antevisão e antecipação de possíveis locais de catástrofe com as faixas de emergência, como o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), Bombeiros e toda as juntas de freguesia e equipas envolvidas. Queria agradecer-lhes em nome de uma freguesia do interior que muito se afligia com aquele assunto.-----

--- Disse que pretendia ainda fazer um mero desabafo, questionando se quando o problema da margem sul e norte da cidade estivesse resolvido, o problema da água do concelho estaria completamente resolvido.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que assim era porque alguém, que não tinha sido ela, tinha deixado uma parte do abastecimento de água nas freguesias mais do interior fora da conceção da TaviraVerde e, como tal, não o conseguiam fazer, mas quem tinha negociado com a TaviraVerde não tinha querido incluir aquela área. O que podia informar era que estavam a trabalhar para tentarem ajudar a resolver o problema.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** dirigindo-se à Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que não esperava dela ou da Bancada a que pertencia, algo diferente, portanto registava o apoio dado à remodelação referente às obras de saneamento básico e abastecimento de água em Tavira.-----



--- Acrescentou que a Deputada Municipal também tinha referido que haveria populismo na sua intervenção, sendo que desconhecia qual seria o populismo pois apenas tinha lembrado, esclarecido porque no início da intervenção se tinha verificado um ataque acérrimo e, se o Executivo Municipal e a TaviraVerde fossem populistas, tinham cedido e porventura teriam atrasado a intervenção para após as eleições uma vez que se tratava de um investimento no valor de doze milhões de euros (€12.000.000,00), que causava muitos incómodos, o que era natural.----

--- Considerava que as pessoas tinham percebido que aquele investimento de doze milhões de euros (€12.000.000,00) constituía um esforço descomunal pelo que era importante que as pessoas ficassem esclarecidas que melhorava a qualidade da água, a redução de perdas e tinha interferência na saúde pública.-----

--- Concluiu dizendo que não percebia onde estava o populismo no esclarecimento que tinha feito na sua intervenção.-----

--- **O Deputado Municipal José Mateus** disse que apenas pretendia esclarecer a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco quanto ao populismo da sua intervenção. Sabia que era difícil ouvir que no tempo em que o PSD dirigia o Município eram entregues sete (7) bolsas a sete (7) estudantes, sendo que presentemente eram cento e setenta e seis (176) bolsas a cento e setenta e seis (176) estudantes, o que era, de facto, uma diferença bastante grande. Tendo passado de nove mil euros (€9.000,00) para trezentos mil euros (€300.000,00). Provavelmente seria incomodo ouvir e daí a alegação de que era populismo, mas estava apenas a constatar uma realidade e o bom desempenho da Presidente da Câmara Municipal e seus pares, na ajuda às famílias do concelho de Tavira.-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** referiu que era interessante estarem a perder vinte (20) minutos da noite daquela reunião e de todos os tavirenses que estavam em casa a discutirem questões que já se tinham passado há dezasseis (16) anos e a perder tempo a bajular. Como a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha dito, a obra via-se na rua e não podiam estar ali a considerar como ataque pessoal, ou um horror, cada vez que eram colocados problemas. A questão colocada pela Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha feito com que a Presidente da Câmara Municipal explicasse exatamente o que estava a ser executado pela TaviraVerde, e bem. -

--- O que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha acabado por fazer tinha sido com que a Presidente do Conselho de Administração da TaviraVerde, brilhasse, podendo dizer o que estava a ser executado em Tavira, mas eles eram considerados maus por pretenderem que a Presidente da Câmara Municipal lhes respondesse, e a todos os tavirenses, o que estava a ser feito porque as obras estavam à vista de todos, todos sentiam os constrangimentos na cidade, pelo que não seria



necessário estarem ali a perder vinte (20) minutos a bajular, até porque esperava que o PS tivesse reuniões internas onde abordavam o assunto.-----

--- Quando apresentavam assuntos, problemas, não tinham intenção de atacar ninguém, mas antes que a Presidente da Câmara Municipal tivesse um espaço de resposta e também receber algumas ideias e *inputs* para a futura execução. Era tão simples como o que tinha referido pelo que escusavam de ver como certo ou errado, como os bons e os maus, pois a política não era isso e estavam todos ali pelo mesmo, que era resolver os problemas dos tavirenses e dar a todos um futuro melhor.-----

--- Terminou dizendo que era o que estavam a fazer e, se assim não fosse, apesar de saber que era muito novo para conselhos, deixava o conselho de que não se candidatassem no ano seguinte.

--- **O Deputado Municipal David Martins** cumprimentou os presentes e os que estavam a assistir e dizendo que nem tendo intenção de pedir a palavra, a questão relacionada com a água tinha feito com que a pedisse por descargo de consciência.-----

--- Tinha sentido a necessidade de intervir porque nas suas funções profissionais fazia parte da Comissão, era Diretor do Campo de Golfe que utilizava no Sotavento algarvio água residual para regar e faziam um esforço hercúleo para poupar o que eram as fontes restritas de água bruta.-----

--- Considerava que não podiam estar ali a transformar aquilo que era um exemplo, quase nacional, e tinha ali a publicação recente da DECO PROteste que faria chegar a todos, onde Tavira era colocada como um dos exemplos de eficiência e boas práticas na poupança de água.-----

--- Tinha acesso aos relatórios e verificava que Tavira e a TaviraVerde faziam um trabalho inigualável com a maioria dos outros municípios ou outras entidades que faziam a gestão da água, pelo que estarem, como tinha referido o Deputado Municipal Artur Gomes, todo aquele tempo a fazer valer a ideia de que, provavelmente, não estava a ser feito um bom trabalho, dizia que estavam sim, e que todos os tavirenses deveriam de estar orgulhosos, pelo que parabenizava Tavira e o Município de Tavira.-----

--- Continuou dizendo que não faltava informação, que todos estavam mobilizados, pois bastava ver nas rotundas os *Outdoors* a sensibilizar a população tal como, e ele era consumidor da TaviraVerde eram remetidos alertas constantes no sentido de se diminuir o consumo, de serem mais eficientes. Até já tinha um relógio para controlar os banhos sendo que presentemente gastava três (3) minutos, o que todos deveriam fazer.-----

--- Acrescentou que tinham de ter a consciência que para quem nunca tivesse feito nada até ao presente, dez por cento (10%) não representava muito porque bastava fechar uma torneira e já os tinha poupado, mas para quem sempre tinha feito de tudo, reduzir cinco por cento (5%) que fosse

era um trabalho absolutamente esgotante, ou seja, era ir à torneira, ao local, ao tubo, ao cano mais ínfimo, à perda mais ínfima.-----

--- Para terminar referiu que tinha assistido e conhecia e sabia que a TaviraVerde era, inclusivamente, uma referência para outros municípios dando assistência, consultoria gratuita para a instalação de boas práticas porque, de facto, Tavira tinha excelentes práticas que davam como exemplo aos outros. O Município de Castro Marim tinha recebido assistência da TaviraVerde em questões da condutividade, salinidade e das infiltrações nas condutas, pelo que considerava que deviam de trabalhar em rede, todos com o mesmo objetivo. -----

--- Concluiu dizendo que pensava que não podia fazer daquele um problema que devia de ser um mérito de todos tavirenses, pois garantia que não existia. Tinha acesso àquela informação que poderia partilhar com a Assembleia Municipal, com todos os membros, as referências, os gráficos, as comparações, onde Tavira quer a nível nacional, quer a nível regional, constituía um exemplo na eficiência hídrica e, certamente, que o continuaria a ser com os investimentos que estavam previstos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que naquele mesmo dia tinha reunido no Conselho de Administração das Águas do Algarve e que iria ser adjudicada a dessalinizadora.-----

--- Pretendia ainda informar que a TaviraVerde iria apresentar nos dias seguintes, pois o prazo tinha sido prorrogado, uma candidatura para intervir precisamente na rede de saneamento de modo a tentar diminuir a intrusão salina e, posteriormente, se proceder ao aproveitamento das águas residuais na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Almargem que iria permitir a rega dos campos de golfe, nomeadamente Benamor e talvez Quinta da Ria. Tratava-se de um outro investimento para além das duas (2) empreitadas que já estavam a decorrer, no valor de cerca de dez milhões de euros (€10.000.000,00) para começarem a trabalhar na questão do aproveitamento das águas residuais.-----

--- Terminou dizendo que considerava importante dar aquela informação atendendo ao que o Deputado Municipal tinha referido de modo a saberem quais eram os projetos da TaviraVerde.----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que pretendia questionar quanto ao clima de insegurança que se vinha a assistir, à noite, junto à Ponte Romana e ao Edifício do Arquivo Municipal onde, ainda no sábado anterior, se tinha verificado outro incidente de violência. Assim, gostava de saber quais as medidas que o Município pretendia adotar no sentido de diminuir aquele clima de insegurança que existia junto à Ponte Romana e na sua área circundante.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que do que tinha falado com o Comissário da Polícia de Segurança Pública (PSP), o que ele lhe tinha dito tinha sido que à exceção do incidente que não tinha ocorrido naquele espaço público, não se tinha registado qualquer outra ocorrência



ou crime durante o período de verão. Aquela conversa tinha sido anterior ao que a Deputada Municipal tinha referido e desconhecia o incidente ocorrido no final de semana, mas, obviamente, que iriam manter a articulação com a PSP.-----

--- Acrescentou que a PSP tinha indicação de algum clima que poderia ser propício a ocorrer, naquele local, algumas questões que poderiam derivar em situações e ocorrências que poderiam configurar pequenas infrações, pequenos delitos.-----

--- Concluiu dizendo que a situação estava sinalizada e a ser devidamente acompanhada pela PSP através de investigação, pelo que mais não poderia dizer.-----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** cumprimentou todos e disse que pretendia colocar uma questão à Presidente da Câmara Municipal que ali tinha partilhado que recentemente tinha tido uma reunião nas Águas do Algarve relativamente à dessalinizadora.-----

--- O que pretendia saber era onde se iria localizar aquela dessalinizadora e, se era do conhecimento da Presidente da Câmara Municipal, quantos hectómetros cúbicos ano disponibilizaria.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que pensava que seria num terreno perto de Albufeira onde existia um litígio com o proprietário do terreno, mas do que estava a falar era da empreitada.-----

--- Relativamente à produção, se não estava equivocada, pensava que poderia ir até aos vinte e quatro (24) hectómetros, embora tivesse de verificar pois não tinha absoluta certeza.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que uma vez que presentemente estava em substituição o relvado sintético do Ginásio Clube de Tavira (GCT), pretendia saber qual a perspetiva de conclusão daquela obra bem como do início da prática desportiva uma vez que estavam no início da época desportiva, pelo que questionava qual era a perspetiva de as equipas poderem ali treinar e jogar futebol.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que estava prevista e entrega da obra no dia 2 de outubro, portanto, na quarta-feira seguinte, que tinha resultado da prorrogação cedida ao pedido da empresa Costa & Carreira, Lda. que era a empresa que estava a executar a colocação do relvado e que tinham solicitado mais trinta (30) dias.-----

--- No Município desconheciam se a bancada já estaria montada naquele dia porque se verificava um ligeiro atraso na entrega. Em princípio o campo ficaria disponível pelo que veriam se conseguiriam avançar com uma receção provisória do relvado para poderem regressar os treinos ainda que, sem público, até porque a Câmara Municipal iria ainda intervir com algumas limpezas no interior, executar algumas pinturas e pequenos arranjos porque, infelizmente, tinham tido as



equipas nos eventos pelo que apenas no presente poderiam fazê-lo para além do facto de ainda poderem estar a colocar a bancada. -----

--- Concluiu dizendo que pensava que o prazo do dia 2 de outubro seria cumprido até porque não tinha nenhuma indicação em contrário por parte dos projetos e obras municipais. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que não tinha mais pedidos de intervenção pelo que iriam passar ao ponto de informações. Do Relatório Semestral 2024, os deputados municipais já tinham tomado conhecimento. -----

--- Passou à apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que continuavam patentes as exposições no Museu Municipal e também no Núcleo Islâmico, com a continuação da exposição "*Balsa – Cidade Romana*" no Museu Municipal. -----

--- No Núcleo Islâmico tinham uma nova exposição "*Do barro à Roda de Oleiro: As cerâmicas da Rua das Olarias*" que tinha inaugurado no dia 30 de agosto e estaria patente até ao dia 30 de abril. -----

--- Referiu a exposição que ainda permanecia no Quartel da Atalaia "*25 de abril de 1974. Quinta Feira*" de Alfredo Cunha, que era uma exposição de fotografia. -----

--- A exposição "*A Onda*" tinha resultado de uma parceria com o Museu O e que tinha estado em exposição na Ermida de São Roque e tinham-se realizado também exposições na Biblioteca Álvaro de Campos em todo o Verão. -----

--- Durante o verão tinham-se realizado vários momentos culturais, sendo que destacava as performances de "*O que fica de nós*" por Vítor Correia, Armação do Artista, que tinha acontecido no Palácio da Galeria no âmbito da exposição "*Balsa – Cidade Romana*". -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que pretendia felicitar o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira pelo seu Programa "*ANIMARTAVIRA*" que também tinha permitido levar o espetáculo a vários pontos da cidade que não apenas a Praça da República onde normalmente decorria o Verão em Tavira. -----

--- Pretendia referir também que tinham efetuado a apresentação do catálogo da exposição "*Balsa, Cidade Romana*", tinha-se realizado a "*Mostra de Cinema ao Ar Livre*" com cinema europeu e não europeu, e tinham continuado com os "*Passeios na História de Tavira*" que tinham sempre muitos participantes. -----

--- Tinham ocorrido vários eventos nas outras freguesias do concelho organizados quer pelas juntas de freguesia quer pelas associações ali sedeadas como era o caso da "*Noite de fados*" na Fonte Férrea pelo Grupo de Cantares de Cachopo que era um evento já habitual. -----



- Recentemente tinha-se realizado o *“Festival de Música Popular”* organizado pela Sociedade Orfeónica de Amadores de Música e Teatro de Tavira. -----
- Continuou dizendo que pretendia fazer uma referência muito especial ao *“Encontro com autores”* que se tinham realizado na Biblioteca Municipal que estava com uma dinâmica muito interessante pelo que os felicitava. Há algum tempo, não lhes era possível manter o horário da Biblioteca Municipal como gostariam, todavia, presentemente já tinham alargado o horário estando a Biblioteca com uma excelente dinâmica, pelo que gostava de deixar ali aquela referência. -----
- Passando ao Desporto apesar de no verão existir menor atividade devido aos períodos de descanso, tinham-se realizado várias provas como o *“Torneio de Basquetebol Cidade de Tavira”* que tinha acontecido no final do mês de junho, a *“III Prova de Mar RIA-ACT”*, a *“V Prova de Nataçãõ Rio Gilão”*, os passeios de cicloturismo, maratonas organizadas pela Associação Onda Sólida, pelo Clube Recreio e Desporto Santaluziense e pelos Leões Futebol Clube. -----
- A Associação de Andebol do Algarve realizou em Tavira a *“XIV Gala da Associação de Andebol do Algarve”* com de entrega prémios e reconhecimento dos atletas. -----
- Tinha-se realizado a *“XXXII Edição da Corrida Mar Azul”* e a *“Corrida Entre Pontes”* organizada pelo Clube de Vela de Tavira que tinha retomado no corrente ano.-----
- A Presidente da Câmara Municipal disse que pretendia destacar a *“Taça de Portugal de Petanca”* organizada pela Associação Onda Sólida, que tinha ocorrido no final de semana anterior, conforme ali já tinha sido referido, e que tinha tido vários pódios tavirenses, sobretudo entre os desportistas mais jovens. -----
- Destacava ainda que no último final de semana se tinha realizado o *“Granfondo Tavira”* que tinha contado com cerca de quinhentos (500) participantes e que tinha estado muito bem organizado, pelo que deixava ali os parabéns aos três clubes que o tinham organizado. -----
- Tinha-se realizado o *“Algarve Sunset Ride”*, a 6.ª Maratona de Cycling nas Quatro Águas que também já era um evento habitual no início de setembro. -----
- As comemorações do Dia da Cidade que tinham acontecido após a Assembleia Municipal anterior tinham tido a *“Encenação da Moura Encantada”*, o hastear das bandeiras, o concerto do grupo *“Os Quatro e Meia”* e as sardinhas e bailaricos, como habitualmente. -----
- O Verão em Tavira também tinha tido as suas rúbricas habituais pelo que mostrava algumas fotografias das Cenas de Rua, que se tinham realizado como habitualmente, do Festival de Artes Performativas, do Fado no Coreto, o Jazz que se tinha também realizado já na Praça da República, os concertos no Parque do Palácio da Galeria e Praça da República, os festivais de folclore que tinham acontecido não apenas em Tavira com o do Rancho Folclórico de Tavira mas também o



Festival da Luz de Tavira e o de Santo Estêvão, as feiras que se tinham realizado todo o verão começando pela Feira, *“Os Dias do Vinho”* e terminando na Feira de Stocks. -----

--- Tinham-se realizado as festas nas freguesias do concelho que também continuavam a manter a sua tradição, com um lado mais religioso e outro mais popular. No corrente ano, também tinham comemorado a Semana de Santiago juntamente com a Paróquia de Santiago e a Junta de Freguesia de Tavira. -----

--- Como já ali tinha sido referido, a *“X Feira da Dieta Mediterrânica”* também tinha sido um sucesso não podendo comemorar de melhor forma a sua décima (10.ª) edição, com muitos visitantes e público nos espetáculos e, pensava que tinha sido do agrado de todos, visitantes e tavirenses, pelo que mostrava ali algumas imagens.-----

--- Realizou-se a Feira da Juventude mais dedicada aos jovens do concelho que pensava ter sido do seu agrado, em tinham participaram também, várias bandas e escolas de dança do concelho, o que considerava importante e agradecia a disponibilidade considerando um orgulho ver que tinham muita qualidade. -----

--- Mostrou diapositivo de outras iniciativas que tinha ocorrido por todo o concelho.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal passou ao tema Obras e Urbanismo.-----

--- Relativamente às obras que estavam em procedimento, ou lançadas na plataforma estavam o *“Aproveitamento de Água das Piscinas para Fins não Potáveis”* o que constituía mais uma medida de combate à escassez de água, as *“Obras de Manutenção, Conservação e Restauro da Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira”*, a *“Intervenção no Passadiço de Cabanas”*, a *“Requalificação do Espaço Envolvente ao Polidesportivo da Conceição”* cujo concurso já tinham lançado por duas (2) vezes tendo sempre ficado deserto, a *“Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente”* do qual já tinham o relatório preliminar, e o *“Fornecimento e Colocação de Placas Toponímicas no Concelho de Tavira – 8.ª fase”* cujo fornecimento das placas tinha sido um processo difícil, tendo sido adjudicado, naquela mesma semana, a oitava (8.ª) fase.-----

--- Relativamente às obras ainda em curso relativamente às quais faltavam ultimar pequenas questões para serem recebidas, tinham a *“Empreitada para Instalação de Balneários Públicos na Ilha de Tavira”* que já tinham funcionado no verão, a *“Intervenção nos Espaços Exteriores da EB n.º 2 de Santa Luzia – OP2020”* que já tinha recomeçado pois o empreiteiro não tinha estado na obra mas últimas duas semanas alegando falta de mão-de-obra e sobre o que estavam atentos, a *“Infraestrutura de Telecomunicações para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo”*, as *“Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho – Estrada e Caminhos Municipais na Freguesia de Tavira e na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira”*, nomeadamente a Estrada



do Carapeto, a *“Intervenção na Rede de Abastecimento de Água do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho”*, a *“Requalificação da Ecovia no Concelho de Tavira (Troços 02, 03, 04, 11 e 49)”*, a *“Execução do Muro de Suporte no Caminho do Fojo”*, a *“Intervenção na Cave do Lote 1 da Rua Dr. Morais Simão”* que era a sede das Vicentinas e com aquela intervenção pretendiam melhorar a acessibilidade e também a possibilidade de construírem uma pequena casa de banho porque, presentemente, as Vicentinas utilizavam um espaço que se localizava no Convento do Carmo, que era um espaço cedido pelo Município e acordado com a Cruz Vermelha, que também ali estava instalada, mas não tinha muitas condições. Elas possuíam aquela sede que não usavam porque não tinha casa de banho nem condições de acessibilidade para as senhoras, que já tinham alguma idade e, portanto, estavam a executar aquela intervenção para onde se mudariam utilizando-a como sede, já com condições. -----

--- Continuando a referir as obras em curso, mencionou o *“Centro de Meios Aéreos de Cachopo”* que estava praticamente concluído, a *“Substituição do Relvado Sintético do Campo do Ginásio Clube de Tavira”* que também estava a finalizar, a *“Requalificação das Frentes Ribeirinhas – Rua do Cais”*, a *“Conservação e Restauro do Património Integrado e Móvel da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira”* que também estava praticamente concluída, a *“Intervenção no Mercado da Ribeira – Impermeabilização da Cobertura”* devido ao que tinha acontecido com os balaustres, como certamente se recordariam. A empresa tinha informado que os colocaria, pensava, que nos dias seguintes, pelo que esperava que na semana seguinte pudessem colocar os balaustres que tinham sido danificados. -----

--- Para terminar, referindo-se ao Cineteatro António Pinheiro, a Presidente da Câmara Municipal informou que naquele mesmo dia tinham começado finalmente a testar, na presença dos fornecedores, alguns dos equipamentos por eles fornecidos, que ainda não tinham sido testados. Esperava-se que aquela situação também ficasse resolvida no final daquela semana e que posteriormente pudessem remeter os dossiers técnicos para solicitar a vistoria da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e colocar os equipamentos que já tinham adquirido, mas que ainda não estavam colocados. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando que não tinha qualquer pedido de intervenção relativamente à informação da atividade municipal, referiu que iriam entrar no período da Ordem do Dia. -----

--- **Disse que um dos pontos, nomeadamente o ponto número oito referente à Proposta n.º 224/2024/CM - Plano Estratégico Para o Desenvolvimento Cultural de Tavira 2023-2030 (PEDCT).** Na Assembleia Municipal estava presente o responsável da empresa Opium que tinha sido a empresa que tinha elaborado aquele Plano Estratégico. A pedido dos vereadores em



Reunião de Câmara Municipal pretendia-se efetuar uma apresentação do Plano, pelo que, colocava à consideração da Assembleia Municipal a alteração daquele ponto para que o responsável da empresa, Carlos Silva, ali presente, ficasse liberto relativamente ao mesmo.-----

--- Verificando que ninguém se opunha, disse que iriam iniciar a Ordem do Dia pelo ponto número oito (8), contudo pretendia ainda referir que, como os deputados municipais certamente teriam visto, em cima das suas mesas encontrava-se um convite para a Festa de Anos de Álvaro de Campo, ali colocado a pedido de Tela Leão que não podendo estar presente tinha solicitado que o mesmo fosse entregue as todos os deputados municipais que, se pudessem, considerava que valia a pena comparecerem. -----

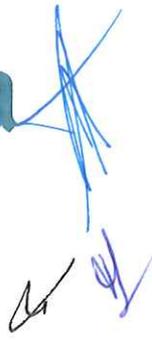
--- **O responsável da empresa Opium, Carlos Silva,** agradeceu e cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores e todos os presentes. -----

--- Começou por dizer que pretendia agradecer a oportunidade de apresentar ali o Plano. Fazia parte de uma Assembleia de Freguesia da sua terra e nunca aqueles projetos tinham sido apresentados pelos seus autores que, no caso, tinha sido um conjunto mais alargado de pessoas que tinham participado. Reiterou que pretendia agradecer a oportunidade de o poder apresentar presencialmente e colocar-se à disposição para todos os esclarecimentos que entendessem necessários.-----

--- Aquele não era um trabalho de uma empresa privada, mas de um conjunto muito alargado de pessoas que ao longo de muitos meses tinham participado num amplo processo de auscultação, reflexão, debate e tomada de decisão relativamente a um conjunto de propostas. Enquanto entidade privada, porque eram independentes da vida política local, tinham tentado com a neutralidade e experiência naquele tipo de trabalhos, ouvir atentamente, tentar sistematizar as reflexões e contributos e devolver aos órgãos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, o documento organizado para que nele pudesse estar inserido um conjunto de reflexões, de contributos, de modo a ser objeto de reflexão, discussão e decisão.-----

--- Obviamente que, enquanto entidade externa, era o papel que lhes competia pois não faziam política pública, pelo que tinham tentado colaborar, juntando informação técnica e ajudando no processo de reflexão com a metodologia o mais adequada possível para que a política pública pudesse, de facto, ser mais aprofundada, mais refletida e, esperavam, que fosse mais eficaz e mais eficiente na sua implementação.-----

--- Aquele trabalho tinha sido desenvolvido desde o mês de junho do ano 2023, até há muito pouco tempo atrás pois tinham estado a desenvolver trabalho de terreno nos meses de julho, setembro, outubro, fevereiro e abril, portanto nos anos de 2023 e 2024.-----



--- Queria agradecer a enorme disponibilidade de todos os que tinham participado, o convite da Câmara Municipal para a elaboração daquele exercício, à equipa técnica, José Barradas e Cristina Neto, que tinham acompanhado sempre o processo com muita diligência, como todo o esforço, o trabalho que tinham realizado, e sobretudo às juntas de freguesia, às associações e todos os agentes culturais que tinham participado em todas as sessões que tinham realizado, fosse em auscultações mais coletivas, fosse em cada uma das freguesias pela aproximação aos agentes culturais dos territórios.-----

--- Tratava-se de um documento com cento e sessenta e seis (166) páginas, pelo que, até pelo adiantado da hora, não iria detalhá-lo, pretendendo sobretudo, aproveitar para descrever o processo de trabalho e algumas das questões e conclusões que dele tinham resultado para que fosse mais fácil a avaliação e decisão dos deputados municipais relativamente à sua eventual aprovação.-----

--- Continuou dizendo que sendo difícil fazer aquele resumo, pretendia deixar ali a informação de uma estrutura mínima relacionada com o que tinha referido.-----

--- Por um lado, porque era o que fazia sentido na opinião dos que tinham participado na sua elaboração, efetuar um documento estratégico, naquele contexto, naquele lugar, nos tempos atuais e naquela área que nem sempre era uma prioridade de política pública, que era a área cultural, pretendia explicar qual tinha sido a metodologia utilizada, o que tinham concluído do diagnóstico que tinham elaborado e da avaliação em conjunto com os participantes, tendo apurado o atual “estado de arte” da vida cultural do Município, das políticas do Município naquela área e também o conjunto de desafios que os agentes culturais tinham apresentado, questões que colocavam dificuldades, que enfrentavam paradoxos e que tinham também refletido nas preocupações que tinham, exigências e dificuldades que pretendiam partilhar e, por outro lado, que tipo de respostas os próprios agentes pretendiam encontrar para as questões que tinham vindo a colocar o que tinha resultado em quatro (4) eixos de trabalho, um conjunto de programas de ação que deixavam para o futuro próximo e vinte e três (23) iniciativas.-----

--- Disse que de forma propositada aquele documento não se destinava a ser aplicado num único ciclo político, que até estavam próximos do final do atual. Apresentava-se com a distância temporal de 2030, por uma razão muito simples, porque desde logo muitos dos documentos estratégicos que atualmente os órgãos políticos tinham que aprovar, tinham o alcance temporal de 2030, porque também correspondia a um ciclo de financiamento europeu, a um ciclo de políticas públicas à escala europeia e, aqueles instrumentos, nomeadamente os planos estratégicos também eram muito úteis para financiamentos europeus, para candidaturas, sendo que se existiam muitos programas em Portugal, e fora, ao nível europeu, em que nem era possível

submeter candidaturas sem um documento estratégico uma vez que as operação não eram elegíveis à partida. -----

--- Por um lado, o alcance temporal estava relacionado com o que tinha referido e também com o tempo necessário para efetuar transformações profundas das políticas públicas não estando, muitas vezes, relacionado com quem estava presentemente no poder, mas com o alcance mais longo tentando garantir uma convergência de vontades diferentes dos partidos políticos. Tinham tentado ouvir todos os partidos políticos com representação na Assembleia Municipal assim com todas as juntas de freguesia independentemente do partido político a que pertenciam porque acreditavam que era mais do que uma questão partidária, pois estavam a falar em política pública, ou seja, contribuir para a fruição cultural dos tavirenses, para a participação cultural das pessoas, para a educação, também pela cultura, sendo que acreditavam profundamente que tal poderia ter contributos positivos na economia, na sociedade e no desenvolvimento do território. -

--- Acrescentou que começava pelo primeiro tema porque o que fazia sentido era ter um documento político cultural para o Município. Embora a Constituição da República Portuguesa obrigasse, enquanto país, enquanto política pública, a que tivessem uma intervenção na área cultural, os municípios eram os maiores agentes culturais do país, maiores que o Ministério da Cultura, maiores que as fundações culturais. Quando falava em municípios, falava no conjunto das autarquias, das associações de municípios e das comunidades intermunicipais que eram os maiores agentes culturais do país e, portanto, para existirem políticas culturais mais eficazes tinha que se partir daquela base, sendo a partir dos próprios municípios que elas eram possíveis de ser concretizadas, porque como sabiam existiam limitação de recursos, todavia mais de cinquenta por cento (50%) do investimento em cultura em Portugal era efetuado pelos municípios e, portanto, se os municípios fizessem bem o seu trabalho existiria mais politica publica de qualidade. -----

--- Se verificassem a Constituição portuguesa e quando analisavam a política pública, não pretendiam apenas ficar na base municipal pois existia um artigo na Constituição da República que dizia que todos os portugueses tinham direito à fruição e criação cultural, tinham direito não apenas a consumir cultura, mas também a criar, serem músicos, artista, atores, pintores ou outros. -----

--- Enquanto cidadãos tinham o direito de poderem participar na vida cultural do país, fosse enquanto fruição ou criação, porém era um direito que nem sempre era exercido na sua plenitude como os outros. Enquanto cidadãos, enquanto agentes políticos também, tinham de tentar lutar para que aquele facto fosse universal e que todos tivessem acesso à fruição e criação. -----

--- Do ponto de vista cultural tinham outro dever que era o de preservar o que os antepassados tinham deixado, preservar o património que eles tinham construído, as criações de outros tempos

que tinham chegado até aos dias de hoje e, portanto, aquela dimensão de proteção do que era de todos era uma função central de política pública na área da cultura e tinham todos a obrigação de preservar o património herdado e passa-lo às seguintes gerações, preferencialmente, em melhor estado do que o tinham recebido.-----

--- Enquanto país também tinham a responsabilidade de proteger a língua e manter relações culturais com outros povos, por exemplo a Dieta Mediterrânica que era uma rede cultural que tinham também para além das fronteiras portuguesas, criar diálogos culturais e contribuir para a paz e diálogo entre os povos.-----

--- Segundo a Constituição Portuguesa, os municípios tinham competências próprias dentro da hierarquia da política pública em Portugal, tinham competências de classificar, administrar, manter, reparar, divulgar o património cultural, mas também competência, obrigações ao nível do apoio à atividade cultural do seu território, das suas associações, dos seus agentes culturais e artísticos, quer fossem direção artística e cultural ou meramente recreativa, porque acreditavam que a participação cultural era um bem em si próprio, que as pessoas que participavam mais culturalmente, tinham mais literacia, produziam bem-estar e também impacto económico nos territórios e, portanto, aquela era uma das funções culturais dos municípios.-----

--- Referia que constava no documento, de forma mais detalhada, um conjunto de obrigações, mas não pretendia cansar os deputados municipais com elas. Por outro lado, a nível europeu, tinham um conjunto de agendas e, por isso, tinha também falado na questão do financiamento, mas não apenas, porque enquanto a Comissão Europeia assumia que a União Europeia não tinha política cultural, as políticas culturais eram de base nacional e local, embora existisse um conjunto de agendas que permitiam que se vivesse em comum, houvesse diálogo entre os povos europeus e, portanto, assumia-se que a cultura teria um potencial de construção também da ideia de Europa e que existia uma atividade económica e social ligada à produção cultural e artística que era muito importante para a Europa que, quanto mais a produção cultural europeia tivesse dimensão internacional para poder gerar mais valor, mais emprego, mais riqueza, estariam a criar nos territórios. Acreditavam que a criatividade era presentemente uma forma de inovar a sociedade e de gerar valor económico, gerar emprego e riqueza para as gerações seguintes.-----

--- Continuou dizendo que existia uma Agenda 2023-2026, na qual se inscrevia também aquele Plano Estratégico que falava em quatro tipos de intervenções que as políticas locais deviam de possuir. Por um lado, o trabalho com os artistas e os profissionais da cultura na sua capacitação, por outro, o aumento da participação cultural dos europeus contribuindo para a cultura naquela dimensão de diálogo intercultural internacional e também gerar relações diplomáticas através da cultura. Aquelas eram as agendas culturais de âmbito europeu.-----



--- Como era do conhecimento de todos, a nível nacional, o Ministério da Cultura, tinha um conjunto de ferramentas, instrumentos, institutos públicos, que tinham um conjunto de políticas como o Plano Nacional de Leitura, o Plano Nacional das Artes, o Plano Nacional de Cinema, o Programa Saber Fazer que eram políticas nacionais que também tinham declinação local e, no território de Tavira existia um conjunto de programas na escolas e noutras entidades que decorriam daquelas políticas de âmbito nacional.-----

--- No documento Estratégico do Algarve existia a RIS 3 (Estratégia de Especialização Inteligente) que era uma linha específica no setor das indústrias culturais e criativas, portanto, naquele sentido, era alargado o âmbito da cultura à atividade criativa e o que estava plasmado no documento estratégico do Algarve 2.0, nomeadamente na RIS 3, era a necessidade do Algarve mapear os diferentes agentes do setor cultural dado que ainda existia algum desconhecimento sobre alguma da prática cultural do Algarve. Era fundamental reforçar o trabalho em rede entre os agentes culturais, entre os municípios do Algarve na área cultural, capacitar os agentes culturais, prestar mais informação quer aos profissionais, quer aos amadores que trabalhavam no setor cultural de modo a gerar competências na captação de financiamentos e na melhoria da atividade dos agentes culturais.-----

--- Aquele era o contexto europeu, nacional, regional, pelo que não podiam criar ou desenvolver um documento de um território sem terem em conta o envolvente, verificar se estavam ou não em convergência com as suas agendas, se contribuían ou não para as políticas públicas de âmbito nacional, regional, e se também tinham a capacidade de gerar mecanismos de financiamento e trabalho em rede. Naquele sentido, tinham ainda o que eram os documentos de política pública para a cultura produzidos pelo Município, pois existia um conjunto de documentos e constavam nos planos de atividade e orçamento mas também em documentos e planos estratégicos que abordavam o papel da identidade cultural ou da salvaguarda da identidade de Tavira enquanto, responsabilidade política pública de âmbito municipal e acreditavam que naquele sentido o documento que tinham produzido tinha três (3) grandes objetivos.-----

--- Como a Presidente da Câmara Municipal tinha referido o conjunto de atividades culturais que tinham sido desenvolvidas no concelho nos últimos meses, mas que sabiam que eram desenvolvidas atividades durante todo o ano, o que era questionado era se seria ou não possível terem uma oferta cultural reforçada. Tavira ia ter um novo Cineteatro, recuperado e aberto, pelo que existia um conjunto de possibilidades de programação cultural, sendo que, a questão era se o que ofereciam presentemente aos tavirenses e a quem visitava Tavira era suficiente em termos qualitativos e quantitativos, de diversidade de transformação da sazonalidade para todo o ano ou se seria possível melhorar a oferta cultural de Tavira.-----



- Consideravam que aquela era a questão de fundo pois não sabia se tinham conhecimento, mas Portugal era dos países da Europa onde existia a mais baixa participação cultural, sendo dos países da Europa onde se lia menos livros por pessoa, onde se ia menos ao cinema, onde se ouviam menos discos, onde se ia menos à ópera, aos museus, a visitas ao património, pelo que tinham, e acreditavam, que quanto maior fosse a fruição cultural, mais livros fossem lidos, mais cinema fosse visto, mais museus fossem visitados, melhores cidadãos poderiam ser e mais informação teriam para lidarem com a complexidade do mundo e, portanto, se Portugal era um país com baixa participação cultural, a política pública nos municípios, no país, tinham a obrigação de aumentar a participação cultural das pessoas.-----
- As questões que se colocavam era qual era a produção cultural que o tavienses tinham no presente, quem eram as pessoas que iam aos espetáculos e aquelas que ficavam sempre em casa, se estavam a trabalhar mais para os mesmos ou estavam a atrair novos públicos para a cultura, os jovens estariam a consumir cultura ou a afastarem-se dos espaços culturais e, portanto, o aumento da participação cultural das comunidades locais era central em qualquer política pública de cultura pois não bastavam haver muito público num espetáculo sendo necessário saberem quais os hábitos e rotinas culturais que tinham, não apenas do lado do consumo mas se as pessoas tocavam instrumentos, dançavam, cantavam, escreviam, ou se eram apenas agentes passivos, apenas consumidores. Assim, era fundamental gerarem mais participação cultural em qualquer dimensão da vida, nomeadamente a nível local.-----
- Outra questão era qual a afirmação de Tavira no contexto cultural, se pretendiam ser uma centralidade cultural regional, se queriam ser uma capital cultural do Sotavento algarvio, da região, transfronteiriça, onde se pretendiam posicionar. Acreditavam que o património cultural, a dinâmica cultural associativa, os agentes culturais do território, permitiam que Tavira pudesse aspirar a ser mais relevante no panorama cultural do país, da região, mas também, porque não, ao nível de relação internacional.-----
- Os desafios de carácter mais estratégicos eram a capacitação da oferta cultural, o aumento da participação cultural e a afirmação do Município como uma agente cultural relevante que fosse também de afirmação regional, nacional e internacional.-----
- O documento estratégico tinha cento e sessenta e seis (166) páginas com uma estrutura composta por um sumário executivo, um resumo que tinha a justificação porque tinham uma estratégia cultural, a metodologia de trabalho, o diagnóstico, a estratégia, plano de ação e documentação.-----
- Relativamente à metodologia disse que tinham procedido à análise de todos os documentos disponíveis na área cultural, tinham lido estatísticas, calculado indicadores, lido documentos



estratégicos, auscultado um conjunto de agentes, não apenas associações mas também escolas, criadores, estruturas de produção cultural, entidades de mediação, participação dos diferentes setores como artes visuais, artes performativas, teatro, dança, música, cinema, literatura, património de toda a vida cultural de base comunitária. Tinham entrevistado oitenta (80) agentes culturais, falado com as escolas, com partidos políticos, técnico da área da cultura do Município, sendo que era daquele conjunto de sessões, umas coletivas outras mais individuais, entrevistas, que estava ali a apresentar a síntese das reflexões. -----

--- Tinham efetuadas visitas técnicas à maioria dos equipamentos culturais do território, localizados quer nas freguesias, quer na sede do concelho e também tinham lido o contexto da demografia atual do concelho, como por exemplo, a importância crescente da população estrangeira que estava relacionada com a política cultural do futuro, o perfil educativo do concelho em termos da população com ensino superior e secundário, abandono escolar, a questão da escolaridade do concelho, o perfil económico, o peso do turismo que eram questões que, naturalmente, impactavam qualquer política pública e, obviamente, por maioria de razão, também a cultura. -----

--- Tinham aferido qual era a origem dos turistas e o que implicava em termos de oferta cultural que também tinha que ser ajustada, por exemplo à transformação da procura turística uma vez que atualmente existiam muitos mais turistas americanos a visitar o território. Aquela questão implicava que pensassem que a oferta cultural poderia ser ajustada naquela perspetiva de turismo cultural. -----

--- Tinham estado a analisar o investimento que o Município tinha efetuado na área da cultura, nos últimos dez (10) anos, desde 2014, e a comparação de investimento *per capita* na região e no país, em quase todos anos, o do Município de Tavira no que à cultura dizia respeito era superior em média ao investimento em cultura por cidadão no Algarve e média nacional embora se verificassem alguns recuos, notando-se por exemplo o impacto da pandemia em 2020 em que se tinha verificado uma quebra muito significativa em parte causada pelo facto de não terem acontecido, terem sido cancelados espetáculos, o que tinha levado a uma recuperação pós pandemia que tinha demorado algum tempo a estabilizar. Tinham questionado também onde era aplicada a distribuição do investimento e, presentemente, nos anos mais recentes, o investimento principal do Município na área cultural era no património, nos espetáculos e também nas bibliotecas sendo as três (3) áreas com maior investimento como constava nos relatórios de atividades e contas do Município. -----

--- A evolução do apoio às associações no ano 2023 tinha representado mais de seiscentos mil euros (€600.000,00) entre apoios anuais, pontuais e para a participação em eventos como por



exemplo o “Viva a Primavera”, mas também apoio logístico, aquisição de equipamentos, entre outros. O maior investimento era nos apoios anuais, na distribuição anual dos apoios ao associativismo.-----

--- Tinham também estado a analisar a atual estrutura orgânica do Município e o modo como a cultura estava presente na orgânica interna através da Divisão de Turismo, Património e Museus (DTPM) e Divisão de Gestão Cultural (DGC). Assim, a orgânica tinha duas divisões com funções na área cultural, que se complementavam dentro de um Departamento que também integrava o turismo, pelo que, naquele caso, tinham tentado perceber se era um modelo ideal para a eficácia da política pública, e também, qual eram presentemente, o quadro de pessoal dentro do Município que trabalhava no setor cultural, entre a DTPM, a DGC e também a Unidade de Gestão da Biblioteca (UGB), que lugares estavam ocupados ou previstos no quadro de pessoal e quais as chefias e equipas técnicas. Tinham pretendido perceber como tinha sido aquela dinâmica, se existia ou não capacidade de resposta técnica e se tinha havido um aumento de quadros no setor que implicava a capacidade de gerar mais impacto nas atividades. -----

--- Também tinham analisado aquilo que era o património classificado do concelho e a longa lista, que todos conheciam a sua importância. Também a lista dos equipamentos criava uma grande expectativa e os agentes tinham sido muito consensuais quanto à reabertura do Cineteatro Municipal António Pinheiro e o que implicava no reforço da capacidade do setor, no acesso à cultura, a programação cultural no inverno, por exemplo, o que poderia alterar e também as condições técnicas que o palco, luzes, projeção e o que aquelas condições poderiam contribuir, mas também como os agentes culturais poderiam participar, ocupar aquele espaço. -----

--- Por outro lado, também existiam outros espaços privados, espaços associativos, das juntas de freguesia, das casas do povo, sendo que tinham tentado perceber quais eram as condições que tinham atualmente, bem como as bibliotecas e os diferentes espaços para áreas expositivas, artes visuais e equipamentos de proximidade. Tinham feito recorrentemente visitas às freguesias e embora existisse uma grande quantidade de pequenos espaços espalhados pelo território, a maioria não tinha condições técnicas de som, de luz, de projeção, para receberem práticas culturais mais exigentes e, portanto, os próprios agentes culturais tinham uma limitação sendo condicionados, e o público quando ia assistir àqueles espetáculos não disfrutava das melhores condições pelo que lhes parecia que aquele assunto deveria merecer investimento nos anos futuros, para além dos grandes equipamentos como era o caso do Cineteatro. -----

--- Consideravam que era importante que existissem equipamentos de proximidade no bairro, na freguesia, na casa do povo, de modo a permitirem que todas as pessoas tivessem acesso à





--- Comparando com o tema abordado anteriormente, era difícil tomar decisões sobre a água se não soubessem se existiam, ou não, perdas de água. No caso da cultura, possuíam poucos dados, não era muito visível a produção daquela informação, mas eram efetuados poucos inquéritos aos públicos, faltando por isso dados para a tomada de decisões corretas. Se desconheciam que uma pessoa ia poucas vezes a um espetáculo, tinham dificuldade de perceber que política deveriam seguir para que ela fosse mais vezes. Tal também acontecia à escala nacional e alguns dos estudos nacionais também o confirmavam. Dando como exemplo o barómetro da cultura que tinha sido publicado no ano anterior em Portugal, a cultura era uma área sobre a qual as pessoas mostravam pouco interesse e, muitas vezes quando perguntadas porque não frequentavam mais atividades culturais, pensavam que a resposta seria que era por ser caro, por ser longe, todavia a resposta mais frequente era porque não tinham interesse, o que era o pior possível. -----

--- Tinham de pensar como despertavam o interesse das pessoas, como criavam hábitos de cultura na escola, na família, para que, durante toda a vida, as pessoas tivessem interesse em voltar ao espaço de cultura. Aquele era um problema de Portugal em geral e também existia aquela dificuldade em Tavira. Por outro lado, existia ali uma relação causa-efeito, sendo que as pessoas com mais formação, em média, tinham mais consumos culturais, quando deveriam de tentar chegar aos que tinham menor formação porque tinham menos acesso.-----

--- Em Portugal não estavam a conseguir corrigir aquele problema, sendo que eram em média as pessoas com formação superior que mais frequentavam espaços culturais e aqueles que não tinham formação, não tinham hábitos de leitura, eram os que muitas vezes ficavam para trás. Tratava-se de um problema nacional, sobre o qual também tinham encontrado algumas dificuldades em Tavira. -----

--- Por outro lado, as pessoas queixavam-se que a oferta cultural nem sempre era aquela que desejavam, ou porque, muitas vezes, consideravam que era demasiado erudita quando pretendiam algo mais popular, ou porque eram pessoas eruditas e pensavam que era demasiado popular. Aquele problema de não encaixe entre o que era a expectativa das pessoas, os seus desejos e aquilo que era oferecido, existia muitas vezes. Contudo, reforçava que precisavam de dados para estudar aquelas questões. -----

--- Ainda, um terço das pessoas diziam que a cultura tinha défice de informação, que desconheciam o que estava a acontecer, que a agenda não tinha chegado a tempo, não tinham sabido do evento, existindo uma queixa generalizada em Portugal sobre a informação para a cultura e, no território de Tavira tinham ouvido algumas questões sobre aquele tema. -----

--- A área cultural que os portugueses mais consumiam era ouvir música na rádio, ou seja, algo mais passivo e mais banda sonora com menor decisão de participar culturalmente. -----

--- Tinham tentado analisar também as visitas aos museus do território, os dados estatísticos das pessoas que iam aos espetáculos, os leitores da biblioteca, o consumo de cinema, se as escolas tinham trabalhos nas áreas culturais e artísticas, nomeadamente no Plano Nacional de Leitura, sendo que deixava as notas para leitura e reflexão dos dez (10) ou onze (11) temas que lhes tinham colocado.-----

--- Em primeiro lugar, já tinha abordado a questão dos resultados, dos dados da política pública na área da cultura e considerava que tinham de produzir mais resultados e, por isso, seria bom terem um plano estratégico que permitiria medir os resultados nos anos seguintes. -----

--- Em segundo lugar, a extrema importância que o associativismo tinha no concelho de Tavira. Tinham trabalhado em outros lugares de Portugal e não existiam assim tantos municípios que tivessem um associativismo cultural tão vivo, tão presente, tão participado, pois muito do associativismo em Portugal tinha vindo a desaparecer já no século XXI, mas em Tavira mantinha-se muito vivo, o que era uma pedra central no que podia ser a afirmação cultural do território mas que também implicava uma relação reforçada entre as associações e um novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e condições técnicas nas sedes das associações para poderem desenvolver trabalho cultural.-----

--- Ainda, a questão do património era central no território pela sua importância histórica e patrimonial, não apenas o património construído, mas também o património imaterial. Era, pois, importante saber-se dar valor àquele património e continuar a ativá-lo também turisticamente, mas sobretudo, na própria defesa do património. -----

--- Acrescentou que as ofertas do sistema cultural e particularmente naquele caso, o Cineteatro António Pinheiro era importante, mas também o eram os espaços polivalentes espalhados pelo concelho.-----

--- O tipo de programação cultural que já tinham falado, entre o popular e o mais contemporâneo, entre uma programação ao ar livre no verão e a programação em sala no inverno, tinha alguns ajustes a fazer referentes a algumas questões que também tinham ali sido colocadas.-----

--- A participação das comunidades e falavam em particular da comunidade de imigrantes que tinha baixas taxas de participação cultural, não se referindo a imigrantes franceses, alemães ou italianos que já tinham outros hábitos de cultura, mas aos que tinham chegado recentemente e que trabalhavam na agricultura ou na hotelaria, que não tinham uma participação cultural ativa no concelho e representavam uma percentagem importante. Não existia programação cultural para chegar àquelas pessoas sendo que acreditavam ser um desafio muito relevante para os anos seguintes porque também acreditavam que era através da participação cultural a melhor forma

de incluir um imigrante, de modo que pudesse expressar a sua cultura, mas também conhecer a cultura local e poder existir um diálogo entre as duas culturas. -----

--- Relativamente ao turismo e a sua relação com a cultura, do turista não ser apenas consumidor, mas também um agente cultural, exigia trabalho a ser realizado, nomeadamente na relação com o património existente, mas em simultâneo tinham de possuir dados que lhes permitissem dizer que os maiores visitantes dos museus e património eram os turistas e não os residentes, o que também levantava uma questão sobre a própria identidade cultural local. -----

--- Tinha falado no tema da imigração, sendo que o papel da escola como grande agente cultural e a dificuldade atual em criarem hábitos de vida cultural nas escolas era importante. Era necessária a divulgação, a promoção e a comunicação da cultura e das agendas culturais que nem sempre chegava a todos. -----

--- Falando também da dimensão intermunicipal, dos projetos em rede com outros municípios, transfronteiriços, a nível europeu, e Tavira ainda não integrava muitas redes culturais e internacionais, era pertinente que passasse a integrar porque eram cidadãos europeus e necessitavam trabalhar a uma escala superior à local. -----

--- Referiu que a estratégia não era mais do que tentarem dar resposta às questões que tinha referido e, portanto, tinham definido dez (10) objetivos que, no fundo, eram respostas concretas para cada um dos desafios que as próprias associações e agentes culturais lhes tinham colocado e que tinham tentado organizar em quatro grandes áreas. -----

--- Acrescentou que, por um lado, todas as pessoas tinham consigo uma expressão cultural sendo todos agentes culturais relevantes no território. Uma terra não podia ser apenas um lugar de consumo cultural com trezentos (300) artistas de fora, tendo antes de ser o lugar onde as pessoas que o habitavam fossem agentes culturais e aquela transformação era decisiva. O imigrante, o sénior, a criança, todos tinham a hipóteses de se expressarem culturalmente o que era uma questão central e carecia de um conjunto de propostas àquele nível. -----

--- Por um lado, não deveriam ser apenas um lugar de consumo, mas também de criação. Nenhuma terra era relevante culturalmente se não tivesse artistas profissionais, se não tivesse os seus criadores, os seus escritores, os seus atores, os seus músicos, pelo que era necessário gerar mais trabalho profissional. Atualmente era difícil reter o talento no território, sendo normal que os artistas pretendessem ir para Lisboa, para o Porto, para Madrid ou Londres, mas era necessário reter talento no território, tal como terem cientistas, empresários ou outros agentes, o que era muito difícil de fazer em Portugal. Por outro lado, era importante profissionalizar, capacitar, dar formação e gerar uma apropriação do território local, contando histórias e gerando dinâmicas à volta do património existente e também como algo vivo e do século XXI. -----



--- Tinham, pois, apresentado um conjunto de propostas que constavam no documento que os deputados municipais tinham oportunidade de ver, sendo que para cada um dos eixos tinham um conjunto de programas, de ações, e para cada uma das ações, indicadores para poderem avaliar se a política tinha sido ou não conseguida ao cabo de cinco (5) anos, e que pudessem olhar para o passado e dizer se tinham ou não cumprido o objetivo, sabendo porque estavam a realizar, com que objetivo, com que métrica, com que resultados e, pudessem avaliar a política pública que era também para o que servia terem um plano.-----

--- Para terminar, disse que basicamente era o que tinha referido, que acreditavam não ser demasiado ambicioso, sendo à escala do concelho, com os recursos existentes e aqueles que eram suscetíveis de serem atingidos e, para tal, o que estavam a propor e após ter passado pela auscultação em Reunião de Câmara, era que pudesse ser aprovado naquela Assembleia Municipal para que a partir daquele momento pudesse começar a ser implementado numa primeira fase com a criação de uma equipa interna para tal, de modo a ser executado, desenvolvendo nos decisores políticos e agentes técnicos do Município a capacidade de dentro de sete (7) anos ser possível olhar para trás e dizerem que tinham conseguido cumprir um plano estratégico para 2030 e poderem ambicionar outro para 2035, ainda com maior escala. Todavia acreditavam que, atualmente, os recursos que faziam com que Tavira fosse ainda mais relevante em termos culturais, existiam todos, sendo apenas necessário juntar as partes, juntar as energias e fazer acontecer.-----

--- Concluiu dizendo que seria muito trabalhoso, mas acreditavam que o desenvolvimento cultural do Município era central para o desenvolvimento social do território.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que primeiramente pretendia agradecer à Assembleia Municipal a possibilidade de terem invertido a ordem dos pontos da Ordem do Dia de modo a poderem libertar Carlos Silva.-----

--- Queria agradecer a Carlos Silva e à equipa da Opium que tinha colaborado com a Câmara Municipal para a elaboração daquele Plano Estratégico de Cultura. Ultimamente a legislação contemplava vários planos cuja elaboração era obrigatória.-----

--- Em termos de Cultura, não existia ainda uma obrigação, no entanto, face à importância que cada vez mais a cultura tinha e atendendo às características do concelho de Tavira, tinham entendido que era importante, até porque iriam ter o Cineteatro, pelo que fazia todo o sentido terem aquele plano que era um instrumento, um guia, para os sete (7) anos seguintes, de 2023 a 2030, sendo que deixava alguns desafios para o futuro que deveriam seguir.-----

--- Pretendia agradecer o documento, a forma como tinha sido realizado com bastante participação das associações culturais de Tavira, a quem agradecia, porque considerava que era



assim que eram elaborados bons planos, quando conseguiam ter muitas pessoas a participar e que se revissem no documento final. Reiterava o agradecimento a todos os contributos que tinham sido dados e a todos os que tendo sido convidados a participar, o tinham feito.-----

--- Não iria explicar o documento até porque Carlos Silva já o tinha feito, e muito bem. Pretendia apenas referir que obviamente seria o Departamento de Desenvolvimento Sociocultural (DDS) e a DGC que seriam os responsáveis pela aplicação do plano, o que poderia ser efetuado anual ou bianualmente, onde constariam aqueles que eram os objetivos que ano a ano iriam tentando alcançar até que conseguissem concretizar o Plano naquele horizonte temporal definido.-----

--- Concluiu reiterando que considerava que o Plano estava apresentado, que estavam muito satisfeitos com o documento que a Opium lhes tinha proporcionado, com a versão final, com a forma como tinha decorrido, que tinham de agradecer, sendo que presentemente deixavam um grande desafio que era a implementação de todas as propostas que constavam no documento, que era bom possuírem. Já desenvolviam um trabalho muito intenso em termos culturais pelo que era bom terem algo que os norteasse para saberem o caminho a seguir e não se desviassem muito do rumo.-----

--- Reiterou os agradecimentos a Carlos Silva e à equipa.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a Carlos Silva, ao DDS, Cristina Neto, e DGC, José Barradas, que estavam presentes.-----

--- Pensava que muitos dos presentes já conheciam o Plano, todavia era bom que o público tivesse ouvido a apresentação, cujo dia tinha sido bem escolhido, pois estava muito público a assistir.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que primeiramente pretendia agradecer a disponibilidade da empresa que tinha ficado com aquela tarefa, de apresentar naquela Assembleia Municipal o Plano Estratégico Cultural Tavira 2030, e congratular-se com o processo e com a elevada participação dos agentes culturais do Município de Tavira, no desafio que lhes tinha sido colocado de participarem de uma forma ativa na construção daquele Plano, que sendo um Plano Municipal, acabava por ser para todos.-----

--- Para quem estava, praticamente há quarenta (40) anos integrado no tecido associativo cultural do Município de Tavira, podia dizer que não tinha sido uma surpresa pois tinham uma participação muito grande que se tinha vindo a afirmar de uma forma crescente, dinâmica e cada vez mais capacitada.-----

--- Presentemente tinham um conjunto de agentes culturais no Município que eram motivo de orgulho para a cidade e para o conselho, e a forma como tinham participado naquele projeto era a confirmação de uma certeza que já tinham. Estava satisfeito com o processo e queria manifestar



ali a sua confiança e esperança de que ficariam ainda mais satisfeitos com o produto, com o que lhes seria entregue quer anualmente em termos de Plano de Ação, quer com a forma como o Plano de Ação seria implementado, operacionalizado, mas também, e já tinha trocado impressões com algumas pessoas, para ele constituía uma exigência primeira. -----

--- Aquela Estratégia não era uma estratégia a médio prazo, até 2030, a concretizar-se em planos de ação que tinham de ser devidamente acompanhados e monitorizados, mas uma forma de conseguirem chegar a 2030 e alcançarem resultados que os permitissem ficar satisfeitos havendo aquela monitorização permanente. -----

--- Terminou dizendo que ficava aquela palavra de confiança, de esperança e de apelo a que a participação que se tinha verificado, continuasse a ser efetuada. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que já tinha manifestado na presença do Presidente da Assembleia Municipal e Carlos Silva, que tinha apresentado o Plano, que era um documento realmente muito bem elaborado e relativamente ao qual parabenizava os seus autores. -----

--- Como o *slogan* “Fazer Acontecer” gostava de questionar em termos de implementação, de prazo de execução do Plano e quem iria acompanhar aquela execução. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que na sua intervenção anterior já tinha referido que seria o DDS e a DGC que iriam implementar o Plano Estratégico elaborando planos de ação anuais ou bianuais onde seriam colocados aqueles que eram os objetivos a concretizar em cada ano. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não ter mais intervenções, colocou a Proposta 224/2024/CM - Plano Estratégico Para o Desenvolvimento Cultural de Tavira 2023-2030 (PEDCT) a votação, que foi aprovado por unanimidade.** -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que agradecia que na deliberação em minuta fosse tido em consideração e corrigido o título daquela proposta porque estava 2023 e o título era Tavira 2030. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que estava correto pois era 2023 – 2030. -----

--- **Passou ao ponto número um referente à Proposta 197/2024/CM - 01/2021/19 - Kind of Choice, Lda - Aceitação da cedência de parcela de terreno para alargamento de arruamento e execução de passeio - Domínio público municipal.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava de uma situação semelhante às que já tinham sido apresentadas na Assembleia Municipal no âmbito de um loteamento ou de uma operação de loteamento. -----



- Muitas vezes existiam pequenas parcelas de terreno que eram cedidas para o domínio público, nomeadamente para estrada ou arruamentos. Naquele caso eram cento e cinquenta e quatro (154) metros quadrados para alargamento de um arruamento e execução de um passeio na Horta da Torre.-----
- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que deixava à consideração dos seus colegas de bancada pois dado ter intervenção naquele projeto e também na execução da obra, iria escusar-se naquela votação. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não existirem mais intervenções, referiu que como a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco se encontrava impedida de votar, estavam apenas vinte e seis (26) deputados municipais na sala. -----
- **Colocou à votação a Proposta 197/2024/CM - 01/2021/19 - Kind of Choice, Lda - Aceitação da cedência de parcela de terreno para alargamento de arruamento e execução de passeio - Domínio público municipal que foi aprovada por unanimidade dos votantes, vinte e seis (26).**----
- **Passou ao ponto número dois relativo à Proposta 198/2024/CM - Concurso Público de Aquisição de Serviços de Inspeção e Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio - Repartição de Encargos.**-----
- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que se tratava de mais uma aprovação de compromissos plurianuais. Tratava-se de um concurso relacionado com a aquisição de serviços de inspeção e manutenção de espaços de jogos e recreio. -----
- No ano de 2021, também tinham aberto um procedimento daquela natureza porque tinham constatado que não possuíam recursos humanos qualificados para garantir a inspeção e manutenção daqueles espaços, tendo aberto um concurso público que lhes tinha permitido, não apenas, o cumprimento da legislação nos espaços existentes, mas também reabilitar alguns espaços, nomeadamente no Mato santo Espírito, na Miramar, em Santa Catarina da Fonte do Bispo e outros.-----
- Terminou dizendo que a ideia era, tendo o contrato anterior terminado pois era válido por três (3) anos ou quando esgotasse o valor, lançar um novo concurso, pelo que se tratava da aprovação dos encargos plurianuais para aquele procedimento.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não existirem intervenções, colocou a **Proposta 198/2024/CM - Concurso Público de Aquisição de Serviços de Inspeção e Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio - Repartição de Encargos, a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----
- **Passou ao ponto número três referente à Proposta 199/2024/CM – Concurso Público para Locação de Equipamentos Multifunções e Assistência Técnica.**-----

- Informou que a Deputada Municipal Muriel Dias se declarava impedida de votar pelo que se iria ausentar da sala. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que se tratava de mais um concurso público para a locação de equipamentos multifunções, fotocopiadoras multifunções, impressoras e outros. -----
- O que a Assembleia Municipal tinha para aprovar eram os encargos plurianuais.-----
- Tratava-se de um procedimento que era financeiramente bastante superior ao anterior. Tinha sido elaborado por lotes, sendo que o Lote 1 era para os serviços do Município e o Lote 2 para as escolas. -----
- A título de curiosidade, informava que o custo por três (3) anos para o Município era de trezentos e quarenta mil euros (€340.000,00) e para as escolas era de duzentos e vinte mil euros (€220.000,00). -----
- Tinha sido efetuado o histórico do que eram os equipamentos quer do Município quer das escolas, tendo sido realizadas consultas informais ao mercado para tentarem perceber os preços, tendo resultado naqueles valores.-----
- Com a delegação de competências, numa primeira fase, tinham subdelegado nas escolas algumas questões, todavia a ideia era que, progressivamente, conforme o Município fosse abrindo concursos públicos, fossem integrando, como já tinha acontecido com a água e a luz e no presente seriam os equipamentos passando as escolas a ser servidas naquela logística e funcionamento pelos procedimentos do Município.-----
- O que se encontrava para aprovar eram os encargos plurianuais.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 199/2024/CM – Concurso Público para Locação de Equipamentos Multifunções e Assistência Técnica a votação que foi aprovada por unanimidade dos vinte e seis (26) deputados municipais que tinham votado a presente proposta.** -----
- **Passou ao ponto número três referente à Proposta 212/2024/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento do Desenvolvimento Territorial - alteração da composição.** -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tinha verificado uma pequena alteração ao júri que inicialmente era o Diretor do Departamento de Obras Municipais do Município de Olhão que, entretanto, tinha passado à situação de aposentado. Assim, tinham tido de efetuar novo pedido de júri, no caso, a Loulé, pelo que aquele era o júri final para o procedimento para Diretor de Departamento do Desenvolvimento Territorial que já tinha sido apresentado na Assembleia Municipal, mas que por força da alteração que tinha referido, sendo da competência da Assembleia Municipal, tornavam a apresentar a proposta.-----



--- O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 212/2024/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento do Desenvolvimento Territorial - alteração da composição, a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número quatro referente à Proposta 220/2024/CM - Procedimento Concursal por iniciativa particular para atribuição de título de utilização privativa de uma parcela do domínio público marítimo destinado à construção e exploração de um Apoio de Praia Simples com Equipamento Associado - UB2 Cabanas Nascente. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que, como era do conhecimento de todos, no ano de 2019 tinham ficado com as atribuições das praias, o que o Município tinha aceite desde logo. -----

--- No ano anterior, tinham lançado várias concessões para apoios de praia simples, e tinha ficado por lançar aquele apoio de praia simples com equipamento associado. Tinha chamado equipamento completo previsto em Cabanas Nascente, que era a designação que constava no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). -----

--- Tinha decidido e estavam a trabalhar nas peças daquele procedimento, no entanto a empresa Macieira Coelho Investimentos, Unipessoal, Lda., tinha, no dia 26 de março anterior, tinha apresentado um requerimento e por iniciativa do particular, tinha-se iniciado o procedimento. Nunca tinham tido uma situação semelhante pelo que tinham estado a estudá-la e dar-lhe enquadramento. Assim, o artigo 21.º do Regime de Utilização dos Recursos Hídricos permitia que os interessados pudessem, por iniciativa particular, iniciar aquele tipo de procedimentos.-----

--- Continuou dizendo que o que cabia aos municípios era aferir se os particulares preenchiam as condições que estavam previstas na legislação sendo que uma vez atestado o cumprimento pelos serviços era elaborado um Edital com a informação de que se tinha iniciado um procedimento a pedido de determinada pessoa para verificar se existiam contrainteressados para o mesmo. Se tal se verificasse seria aberto um procedimento de concessão, normal, como todos os outros, onde finalmente o particular que tinha tomado a iniciativa e reunindo condições para o fazer, poderia ter direito de preferência se a sua proposta não fosse a melhor, ou seja, cobrindo a que tinha sido a proposta ganhadora.-----

--- Tinha procedido algo ao contrário, sendo que poderiam, naquela fase, ter apenas apresentado o Edital em Reunião de Câmara, porém, se existissem contrainteressados o documento teria de aguardar até nova Assembleia Municipal. Assim, o que apresentavam eram já as condições da concessão, caso a tivessem de lançar, porque pensavam que, em bom rigor,



seriam aquelas as condições que iriam colocar no Edital. Caso se verificasse a existência de contrainteresados abririam um concurso com as peças de procedimento que já ali tinham juntado.-----

--- Concluiu dizendo que, em bom rigor, aquela era a análise que tinha efetuado, quanto a mais pormenores passaria a palavra à Vereadora Sónia Pires que tinha acompanhado e estudado melhor o processo, todavia atendendo que era um requerimento que tinha dado entrada nos serviços no mês de março anterior e que tinham estado a solicitar pareceres e outros, tinham entendido que seria melhor proceder daquele modo até porque as peças de procedimento já se encontravam praticamente concluídas para lançar uma concessão normal e, portanto, tinham entendido que deveriam de ali apresentar as peças para aprovação e ganhar assim algum tempo.-

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 220/2024/CM - Procedimento Concursal por iniciativa particular para atribuição de título de utilização privativa de uma parcela do domínio público marítimo destinado à construção e exploração de um Apoio de Praia Simples com Equipamento Associado - UB2 Cabanas Nascente, a votação que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número seis referente à Proposta 221/2024/CM - Aquisição de fogos no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, nos termos da Estratégia Local de Habitação | Tavira.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que iria fazer um apanhado. No ano de 2021 tinham aprovado a Estratégia Local de Habitação (ELH) onde tinham apenas previsto a aquisição de cinco (5) ou seis (6) frações. Em 2024 tinham apresentado na Assembleia Municipal a alteração à Estratégia com a possibilidade de adquirirem frações destinadas há habitação. Já tinham exercido o direito de preferência em uma (1) ou duas (2) situações de fogos que eram de habitação social, mas que tinham sido vendidos a privados, de habitações que tinham sido vendidas a privados, ou de habitações a custos controlados. Entretanto tinham acionado o Direito de Preferência em cinco (5) situações e mais tarde tinham lançado uma oferta ao mercado no sentido de que estariam interessados na aquisição de casas com vista a poderem distribuí-las pelas pessoas que estivessem em situação de carência habitacional. Tinha lançado o Edital 24/2024 onde constavam exatamente as condições em que estavam disponíveis para adquirir casas que fossem construídas ou que estivessem a ser construídas.-----

--- Tinha sido apresentada uma única proposta de quinze (15) frações de tipologias, sobretudo, T2 e T3, em Conceição de Tavira, junto ao Cemitério.-----

--- No âmbito do Edital referido tinha sido constituído uma comissão de análise que tinha apreciado e atestado que a proposta reunia condições de acordo com o mesmo, sendo que o que

apresentavam naquela Assembleia Municipal era exatamente o pedido de aprovação da decisão final, o que implicava um investimento por parte do Município na compra daquelas habitações, de cerca de quatro milhões de euros (€4.000.000,00).-----

--- Apresentavam também a proposta de minuta da aquisição de futuros bens porque as habitações ainda não estavam construídas que segundo a proposta da empresa, seriam entregues em janeiro do ano de 2025. Assim, o que estavam a propor era exatamente que a Assembleia Municipal validasse o Relatório Final que daria origem à aquisição daquelas habitações por quatro milhões de euros (€4.000.000,00) e também a aprovação da minuta da escritura. -----

--- A verificar-se a aprovação iriam notificar a empresa que esperava ainda continuasse interessada em efetuar a venda, porque o processo tinha demorado algum tempo. -----

--- Disse que pretendia ainda esclarecer duas situações. Tinham apresentado uma candidatura com aquelas aquisições porque tinham o processo em análise. Até àquele momento ainda não tinham qualquer indicação do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) se a candidatura seria ou não aprovada. Todavia mesmo que tal não se verificasse o Município mantinha a vontade de adquirir aquelas quinze (15) habitações com o seu Orçamento Municipal que, obviamente, ajudariam a completar as que tinham vindo a trabalhar.-----

--- Pretendia também mostrar uma imagem, que os deputados municipais já conheciam porque constava nos documentos de informação entregues à Assembleia Municipal, pelo que, sabiam que estavam a trabalhar em três (3) procedimentos, embora só tivesse a imagem de dois (2), porque ainda estavam a desenvolver o terceiro, o estudo prévio, para lançarem um concurso de conceção, construção, de setenta e quatro (74) fogos no Loteamento da Boavista cujo terreno tinham adquirido e, posteriormente pensava que durante o mês de outubro, poderiam lançar a empreitada de construção. Presentemente estava a ser ultimado o estudo prévio sendo corrigidas umas questões relacionadas com as acessibilidades.-----

--- Em Santa Catarina da Fonte do Bispo tinham nove (9) fogos para os quais a especialidade de arquitetura já se encontrava aprovada e estavam na fase de especialidades com as duas empresas que tinham ganhado aquele procedimento, pelo que mostrava a imagem de como iriam ficar, bem como dos vinte e quatro (24) fogos de habitação social em Cabanas de Tavira, sendo que os nove (9) fogos em Santa Catarina da Fonte do Bispo eram a custos controlados. -----

--- O projeto de Cabanas de Tavira já estava bastante adiantado, já tinha algumas especialidades.-

--- Concluiu dizendo que era o que estavam a fazer e para o qual tinham vindo a trabalhar, e que com os setenta e quatro (74) fogos do Loteamento da Boavista, os nove (9) de Santa Catarina da Fonte do Bispo, os vinte e quatro (24) de Cabanas de Tavira e os quinze (15) da Conceição, praticamente tinham a ELH cumprida. -----



--- O Presidente da Assembleia Municipal, verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 221/2024/CM - Aquisição de fogos no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, nos termos da Estratégia Local de Habitação | Tavira, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número sete referente à Proposta 222/2024/CM - Concurso Público para Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância para o ano 2025.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que também se tratava da aprovação de encargos plurianuais.-----

--- Tinham alguns serviços de segurança, nomeadamente no Centro de Saúde e no Centro de Pernoita, que era o local onde as pessoas em situação de sem-abrigo pernoitavam e que durante a noite tinha sempre vigilância. Assim, era mais um concurso público para a aquisição daqueles serviços e a aprovação pela Assembleia Municipal dos encargos plurianuais visto este também implicar compromissos no Orçamento do ano seguinte bem como do ano de 2026.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 222/2024/CM - Concurso Público para Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância para o ano 2025 a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Referiu que já tinham tratado do ponto oito que se referia à Proposta 224/2024/CM, pelo que passariam ao ponto número nove referente à Proposta 228/2024/CM - Tarifas Sociais dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento e de resíduos, para utilizadores domésticos - Adesão ao regime da tarifa social.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que aquele não era assunto novo, pois no ano anterior já tinham apresentado a tarifa social, inclusivamente com um protocolo a respeito.-----

--- De acordo com o Decreto-Lei 147/2017 era possível que os municípios implementassem a tarifa social.-----

--- O Município de Tavira tinha implementado no ano anterior nos termos da legislação, no entanto tinham-se vindo a aperceber quais eram os problemas daquela aplicação.-----

--- Como deviam de ter conhecimento, a ideia seria a de efetuar uma aplicação quase automática no âmbito da legislação, no entanto, da informação que tinham recebido da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), após seis (6) ou sete (7) meses de terem a tarifa social em vigor tinham começado a verificar que nem sempre a informação que chegava da Autoridade Tributária (AT), ou da Segurança Social (SS) era credível, porque muitas vezes as pessoas não tinham rendimentos em Portugal, o que não queria dizer que fossem pessoas em situação de carência. Existiam muitos estrangeiros, pessoas com três (3) e quatro (4) contadores que usufruíam da tarifa social o que não lhe parecia normal.-----



- Pretendiam continuar com a Tarifa Social, mas, obviamente que queriam que esta fosse aplicada de acordo com a legislação e, sobretudo, que beneficiasse as pessoas que realmente necessitavam, que eram as famílias que se encontravam em situação de carência económica e não os que por algum motivo, estivessem efetivamente listados quer na SS quer na AT mas que não cumpriam os requisitos. O que a Lei referia era o Complemento Solidário para Idosos (CSI), o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Subsídio Social de Desemprego, o Abono de Família, a Pensão Social de Invalidez (PSI) e a Pensão Social de Velhice (PSV) mas também as pessoas que tinham rendimentos inferiores a cerca de seis mil euros (€6.000,00) que era o valor que vigoraria no ano seguinte acrescido de cinquenta por cento (50%) por cada elemento do agregado familiar, até dez (10), que também seriam abrangidas.-----
- As alterações que tinham efetuado naquela proposta que apresentavam à Assembleia Municipal relativamente ao que tinham vindo a propor nos anos anteriores, eram precisamente que as pessoas elegíveis fossem as que tinha referido, as que se encontravam realmente em situação de carência sendo que a TaviraVerde, para além do automatismo, também podia solicitar documentação em caso de dúvida. Existia também uma pequena alteração relativamente à aplicação anterior, em que, quer o primeiro como o segundo escalão tinham setenta e cinco por cento (75%). Presentemente e atendendo à necessidade de os consumos de água serem menores, tinham reduzido a percentagem do segundo escalão. Assim, tinham mantido os setenta e cinco por cento (75%) de isenção nas tarifas fixas e o mesmo desconto no primeiro escalão, tendo reduzido o segundo escalão para vinte e cinco por cento (25%) sobre o total do consumo.-----
- Aquela era a grande diferença, sendo que considerava que o motivo para terem tomado aquela atitude estava explicado e a ideia era que entrasse em vigor no dia 1 de janeiro do ano de 2025. -----
- Acrescentou que tinham vindo a monitorizar com a TaviraVerde de modo a afinar cada vez mais aquela tarifa social para que realmente servisse o fim para que tinha sido criada que era para as pessoas que estavam em situação de carência. -----
- Concluiu dizendo que qualquer dúvida a Vereadora Sónia Pires poderia esclarecer porque era quem tinha trabalhado aquele assunto porque ela, como sabiam, estava impedida de trabalhar aqueles assuntos na Câmara Municipal. -----
- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que pretendia colocar uma questão meramente de pormenor que se referia ao ponto 2.2 onde era efetuada a transposição do Decreto-Lei 147/2017 em que tinham adicionado um “e sejam” que não era muito o espírito do Decreto-Lei. Embora compreendesse as restrições que a Presidente da Câmara Municipal tinha falado quanto à

existência de vários contadores e tudo mais, que faziam pleno sentido, o que estava em causa era a terminologia, o português e não mais que isso. -----

--- O que lhes fazia sincera confusão era estarem a passar uma fase que tinha sido muito difícil para os portugueses, para os tavirenses, como os anos Covid e depois uma grande inflação, da qual, de facto, estavam a recuperar, e de repente desciam cinquenta (50) pontos percentuais no escalão, passando de setenta e cinco por cento (75%) para vinte e cinco por cento (25%). Considerava que era uma quebra muito grande, muito rápida e que iria deixar muitas famílias de fora.-----

--- Concluiu, dizendo que também pretendia questionar qual a razão daquela alteração, se eram tão poucos os beneficiários que a justificasse, ou se estavam em limite e, portanto, não iria fazer assim tanta diferença, pelo que tinha de haver uma explicação porque se tratava de cinquenta (50) pontos percentuais o que era uma quebra muitíssimo grande.-----

--- **A Vereadora Sónia Pires** cumprimentou todos e respondeu que, de facto, os consumos tinham aumentado. Tinham efetuado a redução do segundo escalão porque existiam consumos muito elevados em vários agregados, que não conseguiam explicar face à sua composição. Assim, tinham decidido passar para vinte e cinco por cento (25%) no segundo escalão e setenta e cinco por cento (75%) no primeiro. Basicamente o que se tinha verificado era que os consumos estavam muito elevados, tinham muitos beneficiários e deviam de ter condições para monitorizar melhor a elegibilidade dos beneficiários.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal acrescentou que a TaviraVerde mantinha as suas taxas, o seu tarifário que não era financiado, mas que tinha um desagravamento considerável e, portanto, havia consumos de agregados que por vezes não conheciam em pormenor, sendo que realmente existia um excesso de consumo naquelas tarifas sociais.-----

--- Presentemente, quando todos estavam a tentar reduzir, era difícil verem consumos de duzentos euros (€200,00) por mês, que a Câmara Municipal estava a financiar, ou seja todos pagavam, porque era a Câmara Municipal que pagava o diferencial à TaviraVerde.-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que pelo menos tinham chegado à primeira conclusão. Estavam a punir, não sendo simplesmente aquelas as palavras utilizadas, porque existia uma queda abrupta de cinquenta (50) pontos percentuais e, no final do discurso a Presidente da Câmara Municipal tinha admitido que estavam a falar enquanto organização que não dispunha de todos os elementos, toda a informação para atribuir, ou não.-----

--- Acrescentou que a Presidente da Câmara Municipal estava a dizer que não, no entanto tinha a Vereadora Municipal a dizer que sim, pelo que necessitava mesmo que se entendesse, no entanto



estavam a punir e não tinham capacidade de aferir corretamente se deviam ou não atribuir a tarifa social.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** afirmou que não tinha sido o que tinha sido dito, pelo que passava a esclarecer, a explicar como se fossem todos pessoas que entendiam à primeira.-----

--- O que tinha referido em primeiro lugar tinha sido que o Decreto-Lei estipulava que Tarifa Social era de aplicação automática através dos ficheiros que recebiam via DGAL. -----

--- Os ficheiros que recebiam via DGAL eram ficheiros que provinham diretamente da SS e da AT. Tinham efetuado pequenas análises após terem recebido as listagens que apenas tinham acesso após a aplicação da tarifa social, pois comunicavam à DGAL que pretendiam aplicar a tarifa social e eles remetiam as listagens.-----

--- Passados seis (6) meses após estarem a aplicar a tarifa social tinham procedido a uma verificação, pois não podia ser uma medida cega, e tinham começado a verificar as questões que já tinha referido.-----

--- Era verdadeiro que poderiam manter os setenta e cinco por cento (75%) mas, se assim fosse, o que tinham começado por falar naquela Assembleia Municipal que tinha sido darem a entender que a Câmara Municipal nada fazia para a redução de água, seria como se continuassem a dizer que gastassem água, mais do que sete (7) metros cúbicos, sendo aquela a questão.-----

--- De facto, não tinha explicado, mas era impossível ter aquela informação antes de aplicarem a tarifa social sendo que apenas conseguiam efetuar aquela análise após esta ter três (3) ou quatro (4) meses de aplicação.-----

--- Pensava que não era assunto para demagogias, eram assuntos sérios, porque como tinha dito, estavam a dar à TaviraVerde dinheiro que era de todos, portanto, se aplicar tarifa social incentivava o consumo de água em demasia não era o que todos pretendiam mas antes que ela fosse atribuída a quem realmente precisava, que quem se encontrasse em condições de carência económica tivesse acesso a uma redução da tarifa, longe de incentivar o consumo de mais água apenas porque pagavam menos, consumindo um pouco mais.-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que se iria abster dos ataques à seriedade e afins que eram recorrentes. Já ali estava há três (3) anos e, portanto, já estava calejado quanto a pensarem que ia apenas ser leviano, mas pagava os mesmos impostos que a Presidente da Câmara Municipal, com um salário algo diferente, certamente. Todavia aquilo, eram outras considerações, sendo que a Presidente da Câmara Municipal gostava muito de fazer considerações.-----

--- Quanto à questão, era tão simples quanto isso, estavam a fazer uma quebra abrupta, sendo que a Presidente da Câmara Municipal o tinha confirmado, que apenas tinham acesso aos



documentos depois de aplicarem, o que estava certo, estava previsto, sendo que posteriormente é que podiam analisar, mas o certo era que, conforme estava a dizer, estavam a punir as pessoas porque no início não eram capazes de possuir toda a documentação para tomar as melhores decisões.-----

--- Era, pois, o que pretendia dizer e que não considerava tão difícil de compreender. Reiterava que uma quebra de setenta e cinco (75) para vinte e cinco (25) eram cinquenta (50) pontos percentuais o que considerava demasiado, mas eram opções.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 228/2024/CM - Tarifas Sociais dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento e de resíduos, para utilizadores domésticos - Adesão ao regime da tarifa social a votação que foi aprovada por maioria com dezasseis (16) votos a favor dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, David Martins, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Mateus Costa, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Maria Margarida Flores Alves, Nuno Filipe Diogo, Nuno Leonel Mateus e Virgílio António Horta do PS e Gonçalo Santos do CHEGA, e onze abstenções dos deputados municipais do PSD, Ana Margarida Baioa, Ana Rita Pacheco, António Brito, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Muriel Dias Neto, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira e Sónia Tomás.**-----

--- Disse que tinham terminado a Ordem do Dia pelo que iriam passar às intervenções do público para o que tinham oito (8) inscrições.-----

--- Como já tinha referido no início daquela Assembleia Municipal, pedia que as intervenções não ultrapassassem os três (3) minutos.-----

--- A primeira inscrição era do Município Luís Sampaio, morador na Urbanização Monte da Eira e o assunto era Toponímia.-----

--- **O Município Luís Sampaio** disse que desconhecia se estariam recordados, mas ele tinha estado numa sessão da Assembleia Municipal realizada há sete (7) meses atrás a expor aquele mesmo problema relacionado com a toponímia.-----

--- Na altura, a Presidente da Câmara Municipal tinha informado que o assunto estava em curso, que tinha havido uma reunião de classificação sendo que a questão seria a de aguardar. Já tinham passado sete (7) meses e, não querendo ali fazer qualquer promoção politica nem de direita nem de esquerda, o que constatava, e a Presidente da Câmara Municipal era disso testemunha, era que das vezes que se tinha dirigido à Câmara Municipal e pedido, como o Vereador que estava à sua esquerda poderia testemunhar, para que houvesse alguma solução para o seu caso, até ao momento continuava a aguardar pacientemente até que um dia se fartassem dele e para não o





voltarem a ver arranjassem uma solução para o seu caso, pois não via que se resolvesse de outra forma.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que não sabia se o Município a tinha ouvido explicar na Ordem do Dia, nas obras em curso, que tinham adjudicado recentemente as placas toponímicas.-----



--- Já há algum tempo que tinham lançado um concurso que tinha ficado deserto, não conseguindo, por isso, adjudicar. Ainda iria demorar um pouco porque ainda tinham de assinar o contrato, as placas serem fabricadas, colocadas as estruturas nas quais as placas assentavam, tinham de ser pintadas e depois colocadas.-----

--- Reiterava que tinham efetuado um procedimento de contratação pública que tinha ficado deserto pelo que tinha demorado um pouco mais do que desejavam, mas estavam a trabalhar para que acontecesse. A contratação das placas não era um procedimento fácil que, infelizmente, em Portugal era exigido, sendo que tinham tido algumas obras desertas, ou seja, ninguém concorria e aquele tinha sido um dos casos. Todavia estava esperançada que acontecesse, já tinha sido adjudicada sendo que poderia demorar ainda dois (2) ou três (3) meses para as placas estarem colocadas.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou à segunda intervenção que era do Município Ivo Alexandre Cavaco Nunes cujos assuntos eram as floreiras e espaço verde, trotinetes na cidade e Polidesportivo de Santo Estevão. Alertou que agradecia que o Município não ultrapassasse os três (3) minutos.-----

--- **O Município Ivo Nunes** cumprimentou todos e disse que pretendia saber se iriam ser executados melhoramentos, desistência ou renovação das floreiras da Rua Álvaro de Campos, na parte de cima, na Porta Nova, a seguir à passagem de nível porque sendo uma entrada de Tavira considerava que estava muito mal. Desde há mais de dez (10) anos que as únicas intervenções que ali eram efetuadas eram a retirada de alguma árvore que caísse e nada mais. Há cerca de trinta (30), ou vinte e cinco (25) anos tinha relva, no entanto, presentemente era apenas uma casa de banho de cães e gatos. Uma vez que nada era feito talvez fosse uma solução retirarem as floreiras e criar ali um estacionamento em espinha para dar para muitos mais veículos, porque como se encontrava é que não era nada.-----

--- Relativamente às trotinetes, gostava de saber qual era a posição da Câmara Municipal quanto às várias trotinetes abandonadas pela cidade. Desconhecia como funcionava, mas as mesmas ficavam no meio da estrada, no meio dos estacionamentos, dos arruamentos e dos passeios, pelo que gostava de saber o que tinha a Câmara Municipal a dizer sobre o assunto.-----



--- Quanto ao Polidesportivo de Santo Estevão onde a Associação 1597 desenvolvia um programa de Futsal, carecia de uma intervenção, de melhoramentos. Quanto à limpeza dos balneários não sabiam por quem deveria de ser feita, se pela Junta de Freguesia, se pela Câmara Municipal, se a própria Associação, pois cada um remetia para o outro. Quanto aos melhoramentos a situação era idêntica pois diziam não terem verbas, mas que a Associação poderia ir buscar uma lata de tinta e poderia fazer, tal como colmatar outras necessidades.-----

--- Continuou dizendo que viam outras infraestruturas a serem melhoradas, sendo que, realmente, ali tinham sido recolocadas vedações, mas naquele espaço que era todo em calçada que se estava a degradar cada vez mais, as crianças caíam e nada era feito. No que se referia aos portões, as portas para as ditas piscinas tinham sido em tempos, pensadas ou elaboradas por alguém, mas continuavam abertas sendo que as crianças iam para ali e podiam cair. -----

--- Na semana seguinte, no domingo, tinham um evento, um torneio, pelo que questionava quem iria arcar com as responsabilidades se alguém passasse ali e se magoasse.-----

--- Terminou dizendo que desconhecia se ali se tinham dirigido, se conheciam ou não, mas estava em muito mau estado pelo que deixava à consideração.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que não estava a visualizar o local a que o Município se referia tendo ele explicado que era da passagem de nível da Porta Nova até ao Multibanco, à esquerda. A Presidente disse que já tinha percebido qual era o local, até porque passava por ali todos os dias, mas de carro, uma vez que morava ali perto. Iria tentar ver se juntamente com a TaviraVerde podiam fazer alguma coisa para melhorar a curto prazo, até porque lhe parecia fácil, no entanto não era assim tão fácil executar uma pequena empreitada para mudar para estacionamento até porque os concursos para empreitadas que implicavam baixas verbas estavam todos a ficar desertos. Reiterou que iria ver com a TaviraVerde se podiam fazer algum arranjo floral naquele espaço. -----

--- Quanto às trotinetes já muito se havia dito. Tinha estado na Assembleia Municipal onde o tema tinha sido abordado e também já tinha respondido no *Facebook* porque se falava muito que a Câmara Municipal nada fazia. O que se passava era que o negócio das trotinetes era uma atividade que não estava regulamentada. Era mobilidade suave e, como tal, os operadores não tinham de se licenciar para terem trotinetes em qualquer concelho, tendo apenas de efetuar um pedido de autorização de atividade que lhes era concedida ao abrigo da legislação e do Simplex. Comunicavam apenas que tinham aquela atividade e que iam desenvolvê-la nem tendo de indicar em que local. Portanto, não existindo qualquer regulamentação circulava-se de trotinete elétrica à noite, que podia não ter luz, não usar capacete, andar de qualquer maneira. -----



--- Tinham atuado dentro do que a Lei lhes permitia e, mesmo assim, existiam dúvidas, porque em bom rigor nada estava plasmado na legislação e, como referia o Município, e bem, existiam centenas de trotinetes abandonadas em espaço público, sendo com base no espaço público que tinham vindo a atuar. Assim, as trotinetes que encontravam em espaço público, numa fase inicial tinham efetuado várias apreensões que devolviam á empresa que, passado alguns dias ainda tinha colocado mais a circular. Inicialmente eram quase quatrocentas (400), como se recordariam, pois existiam trotinetes em todo o lado, que a Câmara Municipal tinha retirado e a empresa tinha ido buscar e passadas cerca de duas semanas tinha voltado a haver algumas trotinetes. -----

--- Nada tinham referido porque por vezes não o conseguiam fazer de imediato, mas cada vez eram mais, existindo cento e muitas trotinetes. Tinham atuado e, presentemente, tinham trotinetes apreendidas, cerca de setenta (70), nos armazéns da Câmara Municipal que tinham recolhido de espaço público. Tinham levantado os autos e iriam coimar porque não tinham autorização para estarem em espaço público. Em espaço privado não tinham forma de atuar sendo por aquela razão que também nos outros municípios se viam trotinetes por todo o lado, porque não careciam de licenciamento porque a atividade não estava regulamentada. -----

--- Tanto as trotinetes como as motas elétricas circulavam em alta velocidade, ultrapassando quer pela direita quer pela esquerda sendo também um perigo porque também não estavam regulamentadas, pelo que, na sua opinião, tinha que haver da parte da Autoridade da Mobilidade dos Transportes (AMT) e do Governo, legislação a estabelecer as regras de circulação e de equipamento de proteção, nomeadamente capacete, muito possivelmente colete, sobretudo à noite, para que não constituíssem um perigo para todos. -----

--- Assim, dizer-se que a Câmara Municipal não fazia nada, não correspondia à verdade, pois tinham vindo a tentar arranjar argumentos dentro do que a legislação previa, mas queria que o Município soubesse que a empresa também tinha informado que iria colocar a Câmara Municipal em Tribunal com o argumento de que a Câmara Municipal não podia ter agido daquela forma. Na sua opinião, pensava que podiam atuar porque a gestão do espaço público cabia ao Município, portanto estava relativamente confortável com a apreensão que tinham efetuado. De qualquer modo, pensava que “nasciam” durante a noite porque durante o dia não se viam, e depois no dia seguinte de manhã encontravam-se, em determinado local, vinte (20) ou trinta (30) parecendo um tipo de praga, mas era o que estava a acontecer. -----

--- Relativamente ao Polidesportivo de Santo Estevão, tinham pensado, mas ainda em fase de estudo prévio, fazer um melhoramento de todo o espaço e envolvente, o que incluía as piscinas e a construção de uns equipamentos que pudessem vir a constituir-se como sedes para clubes. Tinham um pequeno estudo prévio, mas confessava, que ainda estava algo deficiente. -----

--- Relativamente à limpeza e a Associação não tinha começado a utilizar o espaço há muito tempo, os equipamentos desportivos eram limpos por uma empresa de limpezas de acordo com um contrato que tinham em vigor e, portanto, não podiam adicionar espaços. Presentemente estavam a recrutar e tinham entrado no início daquele mês, mais quatro (4) pessoas para a limpeza. Iriam tentar que a limpeza fosse efetuada ou inserir aquele espaço no futuro contrato de limpeza. Portanto, não era assim tão fácil, mas, de qualquer modo, não podia prometer que o fizessem todos os dias, mas pensava ser possível duas (2) vezes por semana, pelo que iriam tentar articular para ver se conseguiam levar as funcionárias da Câmara Municipal. -----

--- Quanto ao melhoramento no espaço, tinham de ver se era possível executarem por administração direta, ou seja, pelos funcionários da Câmara Municipal, como fossem as pinturas e outras. Os vereadores que ali estavam presentes, estavam a dizer que já tinham tratado de algumas questões. Relativamente à piscina até estavam a verificar com a Junta de Freguesia, o que tentariam apresentar na Assembleia Municipal seguinte, porque a Junta de Freguesia tinha uma proposta de intervenção que podia ser interessante para aquele espaço, contudo não possuía a verba necessária para a sua execução. Assim, iriam estudar a hipótese da Câmara Municipal poder auxiliar a Junta de Freguesia a desenvolver aquele projeto. -----

--- De qualquer modo, no que se referia a pequenas empreitadas, estava a ser difícil porque, por exemplo, o concurso que tinham lançado para a Bela Fria, o melhoramento dos balneários, polidesportivo, melhoramento da rede que estava sempre a ser cortada para entrarem para o campo vandalizando-o, tinha ficado deserto. Iriam rever os preços e lançar nova empreitada, pelo que por vezes conseguiam fazer os melhoramentos num prazo razoável se estes dependessem da Câmara Municipal ou tratando-se de pequenas intervenções que pudessem ser executadas com uma empreitada de ajuste direto simplificado, que conseguiam resolver num prazo razoável, mas tudo o que implicasse uma empreitada maior era complicado pela questão que tinha referido, porém iriam ver o que podiam fazer. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha mais uma inscrição do Município José Francisco Martins Barata sendo o tema a Urbanização do Monte da Eira. -----

--- **O Município José Barata** referiu que pretendia saber quando é que a Câmara Municipal iria fazer um passeio de trinta (30), quarenta (40) metros, numa rua onde não existia qualquer passeio quer de um lado, quer de outro. -----

--- Pretendia também saber quando eram feitos os quarenta e oito (48) lugares de estacionamento que estavam previstos. Pensava que tal não acontecia porque a Presidente da Câmara Municipal se mostrava incapaz, ou não queria, e ele considerava mais que não queria,



obrigar o promotor a acabar a urbanização. Não entendia aquela situação que já perdurava há quatro (4) anos.-----

--- Disse que, a certa altura, tinham proposto à Câmara Municipal, à Presidente da Câmara Municipal, que não autorizasse mais loteamentos àquele promotor enquanto não terminasse aquele, ao que a Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que se tratava de questões diferentes tendo autorizado um novo, no *"Dia das Mentiras"*, 01 de abril do ano de 2022. -----

--- Continuou dizendo que agradecia que a Presidente da Câmara Municipal tomasse atenção pois tinha autorizado outro Loteamento no *"Dia das Mentiras"*, que ele até julgava que era mentira, todavia era verdade. Tinha autorizado o Loteamento L1 no dia 01 de abril do ano de 2022 e logo a seguir, em 2023, o promotor tinha feito uma proposta de alteração em que introduzia uma troca de terrenos com o Monte da Eira. Portanto a Presidente da Câmara Municipal referia que os loteamentos nada tinham a ver uns com os outros, porém o promotor tinha feito *"trocas e baldrocas"* que gostava de saber se aquelas alterações tinham sido autorizadas, pois o promotor fazia sempre propostas de alteração a reduzir as infraestruturas públicas. -----

--- Outra questão era o protocolo que a Câmara Municipal estava em vias de estabelecer com o Governo ou com alguma entidade da área da saúde para construir o hospital no terreno doado por aquele promotor e que no ano de 2027 reverteria para ele novamente. -----

--- Concluiu dizendo que para a Presidente da Câmara Municipal parecia que estava tudo bem, a melhoria da rede de águas e esgotos, todavia aparentava querer acabar o seu mandato deixando o aspeto da mobilidade com a aprovação de urbanizações sem ruas e passeios.-----

--- Outra questão que estava ligada à mobilidade era, por exemplo, o *"mono"* que estava ali na entrada da Biblioteca Municipal desde o ano de 2006, ano em que tinha sido inaugurada, que tinha um horário que nada dizia, que estava desatualizado, sendo que ali tinham colocado um horário sendo o horário da Biblioteca Municipal era totalmente diferente.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que já tinha respondido inúmeras vezes ao Município José Francisco na Assembleia Municipal. -----

--- Primeiramente, o Município não tinha de fazer nem os lugares de estacionamento, nem os passeios. Tinha efetuado uma receção provisória que permitia a pavimentação e a colocação da sinalética rodoviária a qual permitia presentemente a colocação da toponímia. O Município não ira executar a infraestruturas que eram da responsabilidade do promotor. O que o Município dizia era que tinham de executar porque a Câmara Municipal podia, se lhe apetecesse obrigava o promotor, pelo que pedia que a informasse como poderia obrigar o promotor, qual era o enquadramento legal, porque a Câmara Municipal tinha juristas e, como era óbvio, já tinha questionado quanto ao enquadramento legal.-----



--- Segunda situação era saber como não aprovava um loteamento quando o mesmo cumpria a legislação. Não podia dizer simplesmente que não aprovava porque não gostava do promotor, não sendo aquele o modo como o Estado devia de atuar. Tinham de tratar das questões de outro modo, sendo que o novo loteamento era um loteamento que cumpria e que devia de efetivamente cumprir face à legislação. Nada tinha a ver com o outro, sendo que o promotor tinha de cumprir pelo que a Câmara Municipal tinha efetuado algumas diligências, não sendo como o Munícipe dizia que nada faziam, o que não podia concordar. -----

--- O Munícipe dizia que a Câmara Municipal tinha aceitado as infraestruturas, o que não era correto porque estavam a falar de áreas de cedência que todos os loteamentos tinham para equipamento e espaços verdes. O Munícipe referia que o loteamento que tinha sido aprovado há bastante tempo, passava para o domínio publico municipal com um valor superior ao que devia ter passado o que seria descontado em futuros loteamentos, pois tal nada tinha a ver com ela, no entanto, estava escrito no processo sendo que desconhecia se também tinha sido no "*Dia das Mentiras*".-----

--- Tinha aprovado em despacho o outro loteamento, junto à EN125, que tinha merecido pareceres positivos das entidades e da Câmara Municipal, pelo que o Munícipe não podia levantar questões apenas por estar em litígio com o promotor quanto ao espaço pretendendo colocar a Câmara Municipal na equação, contudo existiam questões que não era a Câmara Municipal a resolver pois situação entre particulares tinha uma resolução via Tribunal e não via Município.-----

--- Continuou dizendo que tinha sido efetuada uma aprovação, sendo que o promotor ao abrigo do que tinha sido uma decisão num outro despacho de outro loteamento, tinha chamado à atenção para o espaço que tinham cedido a mais e que iria ser utilizado noutra loteamento. Aquela questão estava em avaliação.-----

--- A terceira questão que o Munícipe também tinha abordado tinha a ver com o espaço para o hospital. Como saberia, o Município tinha cedido o espaço à Cruz Vermelha. Desconheciam as diligências que a Cruz vermelha estava a fazer pois o espaço tinha sido cedido com carater de reversão e, portanto, se nada fosse feito, obviamente que reverteria para o proprietário, tal como o da Câmara Municipal reverteria para o Município. Desconheciam se iriam construir ou não o hospital pois tratava-se de um investimento privado sendo que era o Núcleo de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa que iria fazer aquelas diligências. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha inscrito o Munícipe Hugo da Conceição cujo assunto versava sobre a atividade das coletividades no Município e a atribuição de espaços. -----



--- O **Munícipe Hugo da Conceição** cumprimentou todos e disse que não estava ali para dizer que a Câmara Municipal não tinha feito nada e iria respeitar os três (3) minutos que tinha.-----

--- Estava ali para pedir à Câmara Municipal que fizesse mais e para colocar uma questão.-----

--- Quando consultavam o Site do Município viam uma lista de coletividades, clubes e associações de todas as freguesias, e eram muitas e variadas, como também tinham tido a oportunidade de ver na apresentação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara Municipal. Todavia, existiam ali algumas entidades das quais muito pouca, ou nenhuma, atividade lhes reconheciam sendo que, inclusivamente, algumas tinham sede própria atribuída pelo Município. Podia ter falhado na sua pesquisa, mas gostava de dar dois (2) exemplos de coletividades com muito pouca atividade. A Escola da Amaro Gonçalves estava cedida a uma Tuna Musical da qual não conhecia qualquer atividade há muito tempo e a Escola do Livramento estava cedida ao Clube Desportivo do Livramento, devendo existir outras na mesma situação.-----

--- Assim, o que gostava de perguntar era se o Município tinha uma listagem atualizada das sedes que estavam cedidas e da atividade daquelas coletividades, se a listagem era verificada e atualizada e as coletividades eram avisadas que não tinham atividade reconhecida nos últimos tempos e que tinham uma sede atribuída.-----

--- A segunda parte da sua questão já tinha sido algo respondida, referindo-se às sedes em Santo Estevão, pelo que pretendia apenas perguntar se existia alguma previsão temporal para aquela intervenção que sabia que ainda era um estudo muito pobrezinho como a Presidente da Câmara Municipal tinha referido, contudo, deveriam de ter pensado em alguma data.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que desde que tinha funções na Câmara Municipal tinham verificado e atualizado a listagem pelo menos três (3) vezes de modo a tentarem conferir quais eram as coletividades que tinham sede atribuída, até porque constavam no património da Câmara Municipal onde estava a informação e tinham pedido aos serviços de fiscalização que se deslocassem aos locais.-----

--- Normalmente, quando iniciavam um processo para retirada de uma sede, recebiam de imediato os Planos de Atividade e Orçamento da coletividade. Não se tratava de um processo fácil e no âmbito das verificações efetuadas tinham retirado, que se recordasse, quatro (4) sedes. Tinham sido processos difíceis e por vezes muito morosos, mas tinham conseguido. Presentemente estavam em fase de poder retirar pois faziam aquele trabalho.-----

--- Quanto à Tuna Musical, tinha falado com eles e tinham-lhe dito que iriam retomar a atividade. Tinha sido um contacto informal, não tendo sido remetido um ofício.-----

--- Como já tinha dito, poderiam voltar a fazê-lo, mas não era fácil porque normalmente aparecia sempre uma atividade. A maior parte das sedes tinham sido cedidas, pelo menos em Tavira, e



mesmo muitas escolas primárias tinham sido cedidas a necessitarem de obras e, bem ou mal, tinham sido as coletividades que tinham conseguido os materiais pelo que se sentiam de algum modo, um pouco donos das sedes e, por outro lado também não era fácil, depois de todo o processo, fazerem prova de que não tinham atividade até à entrega da chave à Câmara Municipal.

--- A Presidente da Câmara Municipal continuou dizendo que muitas vezes tinham tentado avançar com a posse administrativa, mudando a fechadura e retirando os bens do interior, contudo era uma questão complicada e demorada por questões burocráticas como envio de notificações e outras. -----

--- Referiu que tinham algum rigor naquela matéria, sendo verdadeiro que existiam algumas questões que tinham de ser verificadas como era o caso de alguns clubes terem duas sedes, não apenas no Livramento, mas também nos Estorninho havia um caso semelhante. Dizia-o para que soubessem que tinham conhecimento e que estavam a trabalhar no sentido de resolver aquelas questões. Citando o caso do Livramento como exemplo, tinha havido da parte da Câmara Municipal, do Vereador, diligências no sentido de poderem ceder um espaço ao Moto Clube da Terra Sem Lei, para poderem dividir o espaço e tentarem que houvesse aquela partilha de sedes. -

--- Relativamente ao projeto, presentemente teriam de avançar com a contratação do mesmo e posteriormente que fosse construído que pensava ser rápido uma vez que se tratariam de estruturas leves. Não podia dar um "timing" mas pensava que antes do final do ano não iriam conseguir lançar o procedimento de contratação devido a tudo o que estavam a executar, a todos os projetos que tinham a correr, pelo que não iria mentir e dizer que o fariam porque estaria a enganar e pensava que deviam de ser verdadeiros e dizer realmente o que tinham capacidade para realizar. -----

--- Terminou confirmando que tinham um estudo prévio, que pretendiam reabilitar aquela zona que lhes parecia essencial até para criar alguma dinâmica na aldeia que considerava ser importante. Quando tivessem o projeto, claramente que o apresentariam para receber contributos sendo que iriam tentar que fosse um processo célere. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha mais um pedido de intervenção da Muniçipe Bruna Isabel Matias Paixão Tavares e que o assunto era a utilização do Pavilhão Municipal da Luz de Tavira. -----

--- **A Muniçipe Bruna Tavares** cumprimentou todos e disse que a Associação 1597 tinha sido fundada no ano anterior e tinha como projeto principal "Unidos pelo Futsal" que era um programa de desporto inclusivo, totalmente gratuito, que recebia crianças dos quatro (4) aos

catorze (14) anos, de todas as comunidades e estratos sociais presentes na aldeia de Santo Estevão e arredores. -----

--- Presentemente tinham cerca de trinta (30) crianças a praticar desporto saudável de um modo totalmente gratuito.-----

--- Desde o mês anterior que a Associação 1597 era o mais recente filiado da Associação de Futebol do Algarve sendo que, no corrente ano, iria participar nos Jogos de Benjamins de um modo oficial, o que exigia que os jogos fossem realizados em pavilhão. -----

--- Tendo a União de Freguesias de Santo Estevão e Luz de Tavira um pavilhão municipal, de modo a prepararem as crianças no contato com o pavilhão e para os jogos, a Associação 1597 necessitava de um espaço num pavilhão sendo que o da Luz de Tavira era o mais próximo. Para surpresa, tinham verificado que o espaço que lhes tinha sido atribuído tinha sido num horário em que tanto os atletas como os treinadores não tinham disponibilidade, entre as dezassete (17) e dezoito (18) horas, estando o restante espaço ocupado pela outra equipa da freguesia. -----

--- Disse que a Associação 1597 discordava do modo como estavam a ser tratados quanto ao horário especialmente com o argumento de que não se iria tirar uma equipa que já lá estava há mais de vinte (20) anos e colocar uma que tinha começado recentemente. -----

--- Sem querer menosprezar o trabalho da outra equipa e reconhecendo a sua devida importância, não podiam concordar que o único Pavilhão da Freguesia fosse de utilização quase exclusiva de uma entidade limitando assim o aparecimento de outros projetos e, por sua vez, criando fregueses e municípios de primeira e de segunda. -----

--- Terminou dizendo que no mapa de utilização bastante extenso, a Associação 1597 pedia apenas o mínimo de noventa (90) minutos de treino semanal em pavilhão em horário que fosse acessível às crianças e treinadores. Parecia-lhes que eram a única coletividade com equipa de Futsal Federada a participar em competição, que, presentemente, não tinha direito a treinar em pavilhão, num horário acessível, sendo que consideravam que as crianças da Associação mereciam igualdade de tratamento.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que já tinha respondido ao Município Hugo da Conceição que a tinha confrontado com aquela questão e, pensavam, que o Vice-Presidente também já tinha explicado. Era muito bom que tivessem dinâmica desportiva, mas, infelizmente, presentemente, não tinham espaços suficientes e não eram a única equipa uma vez que os Leões de Tavira também estavam a treinar em Polidesportivo e não em Pavilhão.-----

--- Todos pretendiam o mesmo horário e o horário que lhes tinham atribuído era o que estava disponível. Quando se tinham formado não tinham questionado se existia capacidade de resposta. Percebia o argumento e gostava de ter a capacidade de responder a todos. -----

- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que agradecia que não houvesse diálogo. Pensava que talvez pudessem resolver a questão numa reunião com a Câmara Municipal. -----
- Pedia à Múncipe Catarina Rito que fizesse a sua intervenção que era sobre o Polidesportivo de Santo Estevão, desconhecendo se se trataria de assunto diferente do que já ali tinha sido apresentado. -----
- **A Múncipe Catarina Rito** referiu que apenas pretendia colocar uma questão. A Associação 1597 recebia dezenas de jogadores de diferentes equipas e, para tal, necessitava de utilizar todos os balneários. Todavia existia um espaço fechado e ocupado e do qual nem a Junta de Freguesia, nem a Câmara Municipal tinham a chave, pelo que gostariam de saber se poderia existir um espaço naquelas condições, sem que se soubesse que entidade tinha acesso ao mesmo. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Presidente da Assembleia Municipal poderia responder. -----
- Em determinada altura tinha havido uma Associação de Santo Estevão, a Associação 1.º de Maio, que tinha sido despejada da sua sede e os seus bens tinham sido colocados naquele espaço.
- Tinham tentado arranjar uma solução, tal como tentavam sempre, como em relação ao que estavam ali a pedir, que a Câmara Municipal arranjasse uma solução, tentando acudir a todos, sendo que a Associação 1.º de Maio também tinha efetuado um pedido.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou à Múncipe Gabriela Lourenço cujo assunto se referia ao transporte escolar. Era moradora do Sítio Vale da Palma em Santo Estevão. -----
- **A Múncipe Gabriela Lourenço** cumprimentou todos e disse que estava ali pelo mesmo motivo de há dois (2) anos atrás quando tinha efetuado um pedido de transporte escolar para o seu filho, para a escola primária.-----
- Naquela altura não tinham conseguido colocar o filho na Escola de Santo Estevão, pelo que tinham pedido transporte escolar para Tavira. Depois de fazer dez (10) ou doze (12) pedidos que tinham sido sempre recusados e relativamente aos quais não tinha recebido qualquer resposta, tinha-se dirigido à Câmara Municipal para solicitar uma reunião com a Presidente da Câmara Municipal do que também não tinha recebido qualquer resposta. -----
- Não tinha recebido qualquer resposta dos dez (10) ou doze (12) pedidos que tinha efetuado, nem tinha sido autorizada uma reunião com a Presidente da Câmara Municipal. -----
- Se a Presidente da Câmara Municipal estava recordada, numa festa em Santa Catarina da Fonte do Bispo tinha-se dirigido a ela para falar do assunto. Posteriormente tinha-lhe sido atribuída uma carrinha sendo que durante todo aquele tempo o argumento que lhe era dado era que o seu filho tinha de frequentar a escola da freguesia. -----



- No corrente ano, o seu filho tinha passado para o quinto (5.º) ano, que não existia na freguesia, pelo que se tinha de deslocar para Tavira. No dia 4 de setembro tinha entregado um pedido para transporte escolar, e mais uma vez, não tinha obtido resposta. Tinha-se dirigido aos serviços de Ação Social em Tavira, pelo menos umas cinco (5) ou seis (6) vezes, a solicitar uma resposta sobre o caso, mas não tinham qualquer resposta. -----
- Na passada semana, de repente, depois de lá ter ido na semana anterior três (3) dias seguidos, tinham encontrado outra desculpa, que no momento não tinham disponibilidade. -----
- No corrente ano tinham-se desculpado que a casa onde viviam se encontrava a menos de seiscentos (600) metros da paragem das camionetas, o que não era verdadeiro, e que deviam ter uma fita melhor para medir a distância, e, não considerava justo que uma criança de nove (9) anos tivesse de fazer aquela viagem que levava mais de meia hora para chegar à paragem de camionetas mais próxima de casa. -----
- Concluiu dizendo que não lhe parecia normal, com os transportes público existentes ali, que normalmente eram atribuídos para as crianças, para a escola, outras crianças com paragens muito mais próxima tivessem direito e o seu filho não. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que primeiramente não tinha falado com ela, mas questionava se a Múncipe não tinha falado com os vereadores que estavam ali ao seu lado, sendo que passava a explicar. Indicou, o Vice-Presidente que era o Vereador da Educação e o Vereador que tinha os transportes, pelo que não tinha sempre de falar com ela. As competências que tinha naquelas áreas tinham sido delegadas nos vereadores pelo que falar com eles era o mesmo que falar com ela. As pessoas não tinham aquela perceção, mas era o mesmo, sendo que depois falavam entre todos tentando encontrar soluções. Portanto, não ter falado com ela devia-se ao facto do assunto ter sido canalizado tendo sido recebida por outra pessoa, com responsabilidades, porque os vereadores tinham tanta responsabilidade como ela. Não tinham competências, sendo que as competências eram todas da Presidente da Câmara Municipal, mas ela tinha-lhes dado consoante as áreas, de modo que a pudessem auxiliar, pois se tivesse de receber todos, não conseguiria cumprir as suas áreas, que também tinha vários pelouros, nomeadamente as obras, o urbanismo, a cultura, que eram os seus pelouros sendo sobre aqueles assuntos que tinha de tratar, que receber pessoas e, portanto, os vereadores tratavam dos deles, até pela sua agenda. Assim tinha de passar aos vereadores e, portanto, se tinha sido recebida por eles, era como se tivesse sido recebida por si e, certamente, que tinham tratado do assunto da melhor forma. -----
- Como segunda questão, saber se o menino tinha transporte ou ainda não tinha transporte. Não tinha transporte ainda atribuído, no entanto o que lhe tinha sido dito era que ele tinha de



apanhar o transporte em Santo Estevão, no centro da aldeia, e a Muniçipe não tinha disponibilidade para o levar, porque entrava mais cedo, porque não tinha viatura, qual era a razão.-----

--- **A Muniçipe Gabriela Lourenço** respondeu que era porque entrava mais tarde e tinha uma filha bebé em casa.-----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que estava certo, mas podia ter disponibilidade, porque as pessoas não podiam querer apenas porque sim, porque todos tinham que perceber se existiam ou não condições. Por exemplo, em Santa Catarina da Fonte do Bispo tinham várias situações, tinham muitas crianças que tinham de se deslocar das suas casas para a aldeia e outras que iam em carrinhas da Câmara Municipal desde as suas casas até à escola. Era certo que os pais também não ficavam contentes, mas a Câmara Municipal não tinha nem carrinhas nem motoristas para todos, portanto existiam alguns que tinham de se deslocar em transporte normal, em transporte regular, nas carreiras regulares da EVA e, portanto, tinham que apanhar o transporte na sede da freguesia, havendo outros que se conseguiam deslocar para a escola nas carrinhas.-----

--- O que tinham era que ter disponibilidade de motoristas, de lugares na carrinha sendo que o que podia dizer era que se não houvesse motoristas e não houvesse carrinhas não conseguia ajudar, tendo os alunos que se deslocarem no transporte regular.-----

--- Presentemente estavam ainda numa fase inicial porque a escola tinha começado há quinze (15) dias e demoravam sempre mais ou menos quinze (15) dias, três (3) semanas, um mês a afirmar todos os circuitos e a tentarem perceber porque existiam sempre alunos que até se deslocavam de carrinha, mas sendo maiores já podiam usar o transporte regular. Referia-se aos alunos que iam para o décimo (10.º), décimo primeiro (11.º) e décimo segundo (12.º) anos que até iam para Faro, Olhão, pelo que existiam sempre acertos a fazer.-----

--- Por exemplo, tinha recebido um email relativo a uma situação em Santa Catarina da fonte do Bispo e tinham conseguido arranjar uma solução na última sexta-feira.-----

--- Assim, não queria dizer que não viessem a conseguir arranjar uma solução, sendo certo que não conseguiam ir buscar todos à porta. Tinha de existir um lugar, um motorista, uma carrinha, sendo certo que davam transporte, mas este poderia ter que ser através do transporte regular das carreiras.-----

--- Concluiu dizendo que iriam analisar e tentar encontrar uma solução, que se passasse pelas carrinhas da Câmara Municipal, não tinham motivos para dizer que não. A situação estava identificada e iria falar com o Chefe de Divisão.-----



--- A **Munícipe Gabriela Lourenço** disse que realmente tinha falado com o Vereador que lhe tinha referido a mesma questão de há dois (2) anos atrás, que ele também há cerca de trinta (30) anos tinha transportado a filha para a Luz de Tavira em transporte próprio ao que tinha respondido que certamente o tinha feito porque naquela altura não existia transporte escolar. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que ainda tinha o pedido de intervenção do Munícipe José Manuel Reis cujo assunto era o Futebol, início da época desportiva, programação. -

--- O **Munícipe José Manuel Reis** cumprimentou todos e esclareceu que não estava ali para reclamar que nada tinha sido cumprido.-----

--- Naquele mesmo dia tinham sido alertados para uma situação que não esperavam que era de que a competição de futebol do corrente ano, apenas iria ter início no campo de futebol do GCT, no final do mês de outubro porque a intervenção não iria ficar concluída em tempo, sendo que a empresa não iria entregar a empreitada. Tinha ficado alerta e estavam ali presentes as três (3) equipas de Tavira, a Casa do Benfica, a Associação Desportiva de Tavira (ADT) e o GCT. -----

--- Tinha sido levantada a questão quanto ao relvado do campo de futebol, sendo que a resposta que tinha recebido o tinha deixado mais descansado. Parecia, pois, que no dia 3 de outubro já existia a possibilidade de poderem começar a treinar ali e, quiçá, jogar, porque as competições estavam a iniciar-se sendo que a equipa da ADT já tinha tido de adiar um jogo, que era em casa. O GCT tinha três equipas de futebol onze cujos jogos iriam começar no dia 6, em que iriam jogar fora, sendo o jogo do dia 13 em casa. -----

--- Assim gostavam de ouvir a confirmação de que a partir do dia 3 de outubro poderiam treinar porque o facto da bancada não se encontrar concluída, não ter chegado porque ser uma bancada pré-fabricada, desmontável, não impedia que os jogadores pudessem treinar e também não impedia que eventualmente pudessem ser realizados jogos porque o problema da assistência que tinha sido falado, nos últimos anos tinham treinado sem assistência e jogado fora de Tavira pois há dois anos e meio que jogavam em Vila Real de Santo António, os jogos em casa. -----

--- Continuou dizendo que tanto o GCT como a ADT, como a Casa do Benfica tinham-se prontificado, como o Vereador já tinha conhecimento, a que, se houvesse necessidade, não teriam a assistência dos pais porque no GCT já há bastante tempo que o fazia, apesar da Casa do Benfica admitir que ainda permitia que alguns pais assistissem a alguns treinos. -----

--- A preocupação que tinham era saber se no dia 3 de outubro podiam regressar ao espaço e recomeçar a atividade como antes porque nem deviam de lá ter saído uma vez que aquela intervenção já devia de ter sido executada há doze (12) anos atrás. Todavia, estava executada e como dizia o velho ditado "*Mais vale tarde do que nunca*". -----



--- Terminou dizendo que mesmo sem bancada poderiam treinar e jogar, sendo aquela a única questão que queriam confirmar.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que como tinha dito atrás, o prazo terminava no dia 2 de outubro e não tinha indicação da Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais (DPEOM) que iriam ocorrer atrasos, inclusivamente tinha falado com a Chefe de Divisão, Elizabete Coelho, que lhe tinha dito que à partida o prazo seria cumprido, sendo com o que estava a contar. -----



--- Contudo existiam duas questões, a possibilidade de fazerem uma receção provisória para poderem utilizar o campo relvado que era uma situação que dependia de alguma forma do Caderno de Encargos pois já algumas vezes tinham usado, como era o caso do Centro de Meios Aéreos de Cachopo em que tinham primeiramente efetuado a receção da pista para poderem receber o helicóptero e só depois do imóvel, pelo que se fosse possível, seria o que teriam de fazer. -----

--- Como sabiam melhor que ela, para terem jogos oficiais uma vez que o campo tinha sido interditado, este tinha de ser visto novamente pela Associação, tendo de ser libertado e permitida a realização de jogos. -----

--- Tinha dúvidas que antes da bancada estar colocada tal acontecesse, mas podiam fazer um contato informal para perceber se existia vontade de abrir o campo sem público, ou seja, os jogos seriam realizados, mas sem público. Há uns dias tinha falado com o Vice-Presidente da Associação que era mais da área do Futsal, todavia tinha-lhe dito que poderiam tentar ver e falar sobre aquela questão.-----

--- De qualquer modo tinham de fazer a receção provisória e perceber se o campo tinha algum problema, porque depois de ali começarem a treinar, o empreiteiro deixava de ser responsável, portanto, antes e darem autorização para os treinos, tinham de ter a receção da obra. -----

--- Pensava que iriam conseguir naquela semana, sendo que a verificar-se qualquer questão remeteriam uma comunicação a informá-los. Estava convencida que iriam conseguir pois não via razão para que não fizessem a receção provisória e os treinos pudessem começar. Quanto aos jogos tinham de ter o campo autorizado pela Associação, o que poderia demorar um pouco mais, mas também não sabiam. -----

--- **O Município José Manuel Reis** afirmou que a preocupação que tinham, além do treino, era pelo facto de nenhum dos clubes ter pedido campo para a realização dos jogos porque inicialmente lhes tinham garantido que até ao final de setembro o campo estaria em condições para a realização dos mesmos. Assim, não tinham pedido a Vila Real de Santo António.-----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que estavam a ver com quem os tinha ajudado até ao momento a possibilidade de prorrogarem por mais um mês, ou pelo menos, por mais uns dias.-----

--- **O Município José Manuel Reis** disse que naquela altura estarem a pedir campos para a realização de jogos era algo difícil porque os horários estavam muito preenchidos em todo o lado, razão por que estavam nervosos. Seria fundamental que, pelo menos a partir da semana seguinte pudessem jogar no campo, mesmo sem bancadas.-----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que as bancadas não eram licenciadas para o treino. Não tinha qualquer dúvida em relação aos treinos desde que fosse feita a receção provisória. Não sendo *expert* na matéria a experiência dizia-lhe que tal poderia acontecer. O que não sabia era quanto aos jogos pois tinham de falar com a Associação já que era algo que não dependia do Município, pelo que não se podia comprometer. -----

--- Relativamente às obras, no dia seguinte poderia dar uma informação mais atualizada, que também não dispunha desde a semana anterior quando tinha falado com a Chefe de Divisão, que lhe tinha dito que o empreiteiro iria cumprir o prazo, o que estava a contar que acontecesse. -----

--- **O Município José Manuel Reis** pediu que a Presidente da Câmara Municipal o deixasse descansá-la porque bastava que o espaço fosse entregue e fazer um telefonema para a Associação, que no dia seguinte viriam fazer a avaliação e emitir a pronuncia, era de um dia para o outro.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que então, da mesma forma que tinham vindo interditar também seriam céleres a libertar.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não existiam mais intervenções pelo que iria passar à leitura da Ata em Minuta para a respetiva aprovação. -----

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os presentes, ao público que após as intervenções já tinha abandonado a sala, e referiu que não tinha sido ainda que tinham conseguido terminar a Assembleia Municipal antes das zero horas. -----

--- Agradeceu aos funcionários da Biblioteca Municipal, ao secretariado de apoio ao funcionamento da assembleia, aos técnicos de informática, de som e imagem e deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



---

(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



---

(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



---

(Muriel Cristina Dias Neto)



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

#### TAVIRENSES TRIUNFAM EM PROVAS NACIONAIS DE PETANCA

A Taça de Portugal de Petanca e o Campeonato Nacional de Tiro de Precisão realizaram-se, no fim de semana de 21 e 22 de setembro, no Parque de Feiras e Exposições de Tavira, tendo contado com a participação de atletas da Escola de Petanca de Tavira, que obtiveram lugares de destaque no pódio.

A petanca é um jogo de origem francesa, criado no princípio do século XX. O seu nome deriva da expressão “pieds tanqués”, que significa pés juntos. Jogada em todo o sul da Europa, a petanca foi trazida para Portugal pelos emigrantes, e é na região do Algarve, onde a prática é comum e bastante conhecida, que tem maior aceitação, centenas de praticantes e estruturas federativas e associativas consolidadas, dinâmicas e empenhadas na difusão da modalidade..

Integrada no Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Tavira (CCD-CMT) e inscrita nas estruturas federativas, a Escola de Petanca de Tavira é dirigida pelo treinador Vítor Peres e tem vindo a crescer e consolidar-se ao longo dos últimos anos, formando novos praticantes e aprimorando o potencial de crianças e jovens para a modalidade.

A petanca tem a vantagem de não ser uma atividade cara e de se poder praticar em qualquer terreno plano, de preferência arenoso, e por qualquer pessoa. Homens ou mulheres, velhos ou novos, fortes ou fracos, todas as pessoas podem “atirar as bolas”. A petanca não conhece nem sexo, nem idade, nem estatuto social. Atualmente, graças a esta informalidade, podem encontrar-se em vários sítios da cidade e do concelho, grupos de pessoas que dedicam os seus tempos livres a praticar a modalidade.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Desporto simples, exercita, contudo, capacidades mentais e físicas que vão para além das exigidas num passatempo banal. Os praticantes desenvolvem concentração, habilidade, inteligência, paciência, estratégia e resistência muscular. A petanca é, cada vez mais, um desporto competitivo e exigente!

Foi neste contexto, que decorreram em Tavira as provas da Taça de Portugal e do Campeonato Nacional de Tiro de Precisão, onde Leonardo Nora, de 16 anos, e Lucas Pires, de 15 anos, sagraram-se campeões da Taça de Portugal – Júniores, enquanto Bernardo Nascimento (10 anos) e Salvador Conceição (8 anos) foram terceiros classificados na Taça de Portugal – Infantis.

No que respeita ao Campeonato Nacional – Tiro de Precisão, Leonardo Nora também se sagrou campeão nacional.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de setembro de 2024, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos pelo Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Tavira pelo empenho e determinação na formação de uma nova geração de praticantes da modalidade de Petanca de classe internacional, como ficou demonstrado ao longo das mais recentes épocas e provas desportivas, bem como pelo nível de excelência organizativa das provas realizadas no Parque de Feiras e Exposições de Tavira, da responsabilidade da ARRAIAL Onda Sólida – Associação de Moradores e do Município de Tavira, com o apoio das estruturas federativas e associativas da modalidade e da União de Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago).
2. Felicitar os desportistas tavirenses e as equipas técnicas envolvidos na representação da Escola de petanca do CCD-CMT pelas respetivas prestações na Taça de Portugal de Petanca e o Campeonato Nacional de Tiro de Precisão.
3. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação à Senhora Presidente da Câmara Municipal, aos órgãos sociais do CCD-CMT e da ARRAIAL Onda Sólida – Associação de Moradores, da Associação de Petanca do Algarve, da Federação de Petanca de Portugal, ao Comité Olímpico Português e à Delegação Regional do Algarve do Instituto Português do Desporto e Juventude, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Os proponentes,